



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA (37ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Geraldo Vicente Bertanha; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos onze dias do mês de novembro do ano dois mil e dezenove realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Geraldo Vicente Bertanha; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Trigésima Sétima (37ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 08 de novembro de 2019. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), Cinoê Duzo (02), Cristiano Gaioto (03), Fábio de Jesus Mota (04) Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Marcos Antônio Franco (09), Maria Helena Scudeler de Barros (10), Moacir Genuário (11), Orivaldo Aparecido Magalhães (12), Samuel Nogueira Cavalcante (13), Sônia Regina Rodrigues (14) e Tiago César Costa (15); André Albejante Mazon (16) e Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (17) – *ausentes*, conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Posto isto, a sessão foi suspensa às 18h38, para cumprimento do disposto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

no *Requerimento nº 572/2019, de autoria do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, que solicitou homenagem ao Projeto Voluntário Esportivo Águias de Aço, de luta de braço.* Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 135, de 2019, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 99/2019, datada de 06/11/2019, objeto do Ofício nº 99/2019, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a liberar auxílio financeiro à ASSOCIAÇÃO JESUÍNO MARCOS MAGUILA, para o fim que especifica e dá outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º do Regimento Interno); 2. Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2019, de autoria do Vereador Fábio de Jesus Mota, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Senhor NELSON DE JESUS CORREA”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2019, de autoria do Vereador Cinoê Duzo, “concedendo o Título de Cidadã Mogimiriana à Senhora REGINA NAVAS SANTOS”; (ao exame das Comissões Permanente); 4. Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2019, de autoria da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “concedendo o Título de Cidadã Mogimiriana à Doutora LYCIA INÊS MOREIRA DA SILVA”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 2019, de autoria do Vereador Luís Roberto Tavares, “concedendo o Título de Cidadã Mogimiriana à Advogada GISELE ANSELMO”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2019, de autoria do Vereador Marcos Antônio Franco, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Senhor ROBERTO JOSÉ DE FÁTIMA MAGALHÃES”; (ao exame das Comissões Permanente); 7. Balancete da Receita e da Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, referente ao mês de setembro de 2019”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com o Ofício nº 99/2019, o Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno solicitou fosse o Projeto de Lei nº 135/2019 apreciado em Regime de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54 da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): n.ºs. **Requerimento N.º 580/2019** - **Assunto:** SOLICITA INFORMAÇÃO SOBRE ATENDIMENTOS NO SETOR DE FISIOTERAPIA DO CEM. **Autoria:** MARCOS ANTONIO FRANCO. **Requerimento N.º 581/2019** - **Assunto:** REQUEIRO QUE SEJA CONVIDADO O SENHOR MILTON RODRIGUES JUNIOR, COORDENADOR REGIONAL DO ITESP PARA COMPARECER NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2019 ÀS 18:30, PARA, ASSIM QUE SE INICIAREM OS TRABALHOS DA SESSÃO, EXPLANAR SOBRE O PROGRAMA CULTIVANDO NEGÓCIOS. **Autoria:** LUIS ROBERTO TAVARES. **Requerimento N.º 583/2019** - **Assunto:** REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, POR MEIO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, INFORMAÇÕES REFERENTE AO GASTOS DA SECRETARIA, COMPREENDENDO DESDE 1º DE JANEIRO DE 2019 ATÉ A PRESENTE DATA. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Requerimento N.º 584/2019** - **Assunto:** REQUER AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, QUE JUNTO ÀS SECRETARIAS COMPETENTES, REALIZE ESTUDOS PARA VIABILIZAR DOAÇÃO DE ÁREA PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DA BAIXA MOGIANA “FONTE VIVA”, PARA FINS QUE ESPECIFICA. **Autoria:** CRISTIANO GAIOTO. **Requerimento N.º 585/2019** - **Assunto:** REQUEIRO AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA E SECRETARIA DE OBRAS, HABITAÇÃO, INFORMAÇÕES SOBRE AS OBRAS QUE ESTÃO SENDO REALIZADAS PELA EMPRESA COMGÁS PARA INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO DE GÁS. **Autoria:** GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. **Requerimento N.º 586/2019**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

- **Assunto:** REQUEIRO INFORMAÇÕES AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, SOBRE CONVOCAÇÃO DOS ACS (AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE) DE ACORDO COM O EDITAL DO ÚLTIMO CONCURSO PÚBLICO REALIZADO PELO MUNICÍPIO. **Autoria:** GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. **Requerimento N° 587/2019** - **Assunto:** ENCAMINHO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, OFÍCIO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DAS CHÁCARAS SÃO MARCELO, QUE SOLICITA COM “URGÊNCIA” CONSERTO NO TUBO DA BICA D’ÁGUA, LOCALIZADA NA RODOVIA AMADOR SIQUEIRA FRANCO. **Autoria:** GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: **Indicação N° 814/2019** - **Assunto:** Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno por intermédio da Secretaria competente, para que seja feita manutenção nos postes de iluminação localizados na Rua Raphael Bella, Jardim Flamboyant. **Autoria:** TIAGO CÉSAR COSTA. **Indicação N° 815/2019** - **Assunto:** Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno por intermédio da Secretaria competente, para que seja feito estudos para instalação de ponto de ônibus nas proximidades do Condomínio Residencial Elias Moyses, Jardim Regina. **Autoria:** TIAGO CÉSAR COSTA. **Indicação N° 816/2019** - **Assunto:** Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno por intermédio da Secretaria competente, para que seja feita a limpeza dos terrenos localizados na Rua Interação Antônio Albejante Filho, Jardim Panorama. **Autoria:** TIAGO CÉSAR COSTA. **Indicação N° 817/2019** - **Assunto:** Solicita ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Arquiteto Carlos Nelson Bueno, que junto a Secretaria competente, providencie revisão elétrica e troca das lâmpadas da Praça Avenida Brasil por lâmpadas de LED. **Autoria:** CRISTIANO GAIOTO. **Indicação N° 818/2019** - **Assunto:** Solicita ao Exmo. Senhor



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prefeito Municipal, Arquiteto Carlos Nelson Bueno, que junto a Secretaria competente, providencie revisão elétrica e troca das lâmpadas da Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira por lâmpadas de LED. **Autoria:** CRISTIANO GAIOTO. **Indicação N° 819/2019 - Assunto:** Solicita ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Arquiteto Carlos Nelson Bueno, que junto a Secretaria competente, providencie revisão elétrica e troca das lâmpadas da Avenida Dr. Olímpio Ferreira Brito (Jardim Longatto) por lâmpadas de LED. **Autoria:** CRISTIANO GAIOTO. **Indicação N° 820/2019 - Assunto:** Solicita ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Arquiteto Carlos Nelson Bueno, que junto a Secretaria competente, providencie revisão elétrica e troca das lâmpadas da Avenida Dr. Norberto Araújo Coelho (Jardim Longatto) por lâmpadas de LED. **Autoria:** CRISTIANO GAIOTO. **Indicação N° 821/2019 - Assunto:** Solicita ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Arquiteto Carlos Nelson Bueno, que junto a Secretaria competente, providencie revisão elétrica e troca das lâmpadas da Rua Dr. Vereador Antônio Albejante (Murayama II / Jardim Longatto) por lâmpadas de LED. **Autoria:** CRISTIANO GAIOTO. **Indicação N° 823/2019 - Assunto:** SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO NA PONTE E MELHORIAS NA ESTRADA MUNICIPAL RURAL JOAQUIM RODRIGUES DIAS (MMR-305), COM RELAÇÃO AOS PONTOS CRÍTICOS NO PAVIMENTO. **Autoria:** JORGE SETOGUCHI. **Indicação N° 824/2019 - Assunto:** INDICO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL ATRAVÉS DE SECRETARIA MUNICIPAL COMPETENTE A LIMPEZA DO TERRENO QUE ESTÁ LOCALIZADA A MINA D'ADUA DA SANTA CRUZ. **Autoria:** GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. **Indicação N° 825/2019 - Assunto:** INDICO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO PARA QUE SEJAM TOMADAS PROVIDÊNCIAS REFERENTE A REFORMA DO TELHADO DA EMEB PROF. BRÁULIO JOSÉ VALENTIM, LOCALIZADA EM



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

AVENIDA LUIS PILLA, 898, NO DISTRITO DE MARTIM FRANCISCO. **Autoria:** GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. **Indicação N° 826/2019 - Assunto:** INDICAMOS AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, ESTUDOS PARA QUE SEJA PROVISIONADO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL, RECURSOS FINANCEIROS PRÓPRIOS COMTEMPLANDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA COM A AQUISIÇÃO DE UMA BROCA PERFURATRIZ HIDRÁULICA PARA TRATOR. **Autoria:** GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. **Indicação N° 827/2019 - Assunto:** INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA GASTÃO PINHO DE OLIVEIRA, NO PARQUE REAL. **Autoria:** LUIS ROBERTO TAVARES. **Indicação N° 828/2019 - Assunto:** INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE A CONCLUSÃO DAS OBRAS NA ROTATÓRIA DA RUA PEDRO TERUEL, NO PARQUE REAL. **Autoria:** LUIS ROBERTO TAVARES. **Indicação N° 829/2019 - Assunto:** INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA PEDRO TERUEL, NO PARQUE REAL. **Autoria:** LUIS ROBERTO TAVARES. **Indicação N° 830/2019 - Assunto:** SOLICITO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, QUE DETERMINE ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL A INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO (MURALHA DIGITAL) NA CHACARAS YPÊ. **Autoria:** GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. **Indicação N° 831/2019 – Assunto:** INDICO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL ATRAVÉS DE SECRETARIA MUNICIPAL COMPETENTE A PODA DE (DUAS) ÁRVORES LOCALIZADA NA RUA AQUILES ALBANO, N° 300 – SANTA CRUZ. **Autoria:** GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Ato contínuo, fez uso da palavra, *Questão de Ordem*, os Vereadores Sônia Regina Rodrigues, Alexandre Cintra e Tiago César Costa, solicitando,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ao Presidente da Câmara, que consultasse os nobres pares, para a leitura na íntegra das Moções nº 360, 364, 363 e 365/2019, o que foi submetido à votação, pelo presidente, e aprovado, por unanimidade dos vereadores presentes. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): **Moção Nº 334/2019 - Assunto:** MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DO SENHOR PEDRO JOSÉ DE SÁ, OCORRIDO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2019. **Autoria:** FABIO DE JESUS MOTA. **Moção Nº 358/2019 - Assunto:** VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AOS ALUNOS, PROFESSORES, DIREÇÃO E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO BÁSICO “JORGE BERTOLASO STELA, PELA XV FEIRA TÉCNICO CIENTÍFICO CULTURAL ALUNO CURIOSO, REALIZADA NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2019. **Autoria:** CRISTIANO GAIOTO. **Moção Nº 359/2019 - Assunto:** MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO, PELO FALECIMENTO DA SENHORA GENESIA MARIA DE SOUZA, OCORRIDO NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2019. **Autoria:** SÔNIA REGINA RODRIGUES. **Moção Nº 360/2019 - Assunto:** MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS À ALUNOS, PROFESSORES E DIRETORES DA EMEB “PROFESSORA MARIA NILSEN DE OLIVEIRA LEITE”, E EMEB “PREFEITO ADIB CHAIB”, QUE LEVARAM PARA AS SALAS DE AULA, O CASO BRUTUS, DE GRANDE REPERCUSSÃO, ABORDANDO A QUESTÃO DE MAUS TRATOS DE ANIMAIS. **Autoria:** SÔNIA REGINA RODRIGUES. **Moção Nº 361/2019 - Assunto:** MOÇÃO HONROSA DE APLAUSOS PARA A EQUIPE TÉCNICA DA EMEB NELSON NEVES DE SOUZA E PARA A ESCRITORA, CARTUNISTA E ARTESÃ ROSILÉIA ROBERTO PELA INICIATIVA EM PROMOVER A RODA DE CONVERSA ENTRE OS ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. **Autoria:** ALEXANDRE CINTRA. **Moção Nº 362/2019 - Assunto:** MOÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

HONROSA DE APLAUSOS PARA A EQUIPE TÉCNICA DA EMEB JORGE BERTOLASO STELLA PELA REALIZAÇÃO DA 15ª EDIÇÃO DA FEIRA TÉCNICO CIENTÍFICA CULTURAL: ALUNO CURIOSO SEGUINDO O TEMA PROPOSTO PELA UNESCO, LÍNGUAS INDÍGENAS. **Autoria:** ALEXANDRE CINTRA. **Moção N° 363/2019** - **Assunto:** MOÇÃO HONROSA DE APLAUSOS PARA A JORNALISTA E “DIGITAL INFLUENCER” AMÁLIA SCUDELER DE BARROS SANTOS PELA APROVAÇÃO DA LEI NO SENADO FEDERAL, QUE CLASSIFICA A VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA VISUAL, E ASSEGURA À PESSOA QUE ENXERGA COM APENAS UM OLHO QUE TENHA OS MESMOS DIREITOS E BENEFÍCIOS GARANTIDOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, LEI N° 1.615/2019, A LEI “AMÁLIA BARROS”. **Autoria:** ALEXANDRE CINTRA. **Moção N° 364/2019** - **Assunto:** MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS ÀS EQUIPES DA POLÍCIA CIVIL PELO DESFECHO NO CASO DE FEMINICÍDIO, QUE CHOCOU A POPULAÇÃO DE MOGI MIRIM, OCORRIDO NO ÚLTIMO DIA 06. **Autoria:** SÔNIA REGINA RODRIGUES, CRISTIANO GAIOTO. **Moção N° 365/2019** - **Assunto:** Moção de Repúdio ao Supremo Tribunal Federal (STF), pela mudança na jurisprudência que derruba a prisão após condenação em segunda instância, causando insegurança jurídica no país e sensação de mais impunidade ainda no povo brasileiro. **Autoria:** TIAGO CÉSAR COSTA. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA:** Ofícios n°s. 1616, 1617, 1618, 1619, 1620, 1621, 1622, 1623, 1624, 1625, 1626, 1627, 1628, 1629, 1630, 1631, 1632, 1633, 1634, 1635, datados de 04, 05, 06 e 08 de novembro de 2019, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, José Augusto Francisco Urbini, respectivamente, respondendo a respeito da Indicação n° 1551/2017; Indicação n° 739/2019; Indicação n° 740/2019; Indicação n° 741/2019; Indicação n° 719/2019; Indicação n° 798/2019; Indicação n° 796/2019; Indicação n° 793/2019; Indicação n° 794/2019; Indicação n°



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

797/2019; Indicação nº 799/2019; Requerimento nº 552/2019; Indicação nº 774/2019; Requerimento nº 449/2019; Indicação nº 751/2019; Requerimento nº 560/2019; Indicação nº 611/2019; Indicação nº 800/2019; Requerimento nº 553/2019; Requerimento nº 524/2019, desta Edilidade; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados); Ofício SRM nº 823/2019, datado de 31 de julho de 2019, subscrito por Ricardo Pinheiro Santana, Subsecretário de Relacionamento com Municípios, “em resposta ao Ofício CM/GP nº 145/2019, acerca de recapeamento asfáltico da Rodovia dos Agricultores”; (arquite-se após dar ciência aos Vereadores Cristiano Gaioto e Luís Roberto Tavares); Ofício SRM nº 821/2019, datado de 31 de julho de 2019, subscrito por Ricardo Pinheiro Santana, Subsecretário de Relacionamento com Municípios, “em resposta ao Ofício CM/GP nº 140/2019, acerca do término do asfaltamento da Rodovia Élzio Mariotoni”; (arquite-se após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares); Ofício nº 4637, datado de 15 de outubro de 2019, subscrito por Marcos Santana Rezende, Presidente da Câmara Municipal de Marília, “em resposta ao Requerimento nº 1325/2019, encaminhando cópia da propositura aprovada na Sessão do dia 14” (arquite-se); DBM/SP OF. Nº 358/2019, datado de 21 de outubro de 2019, subscrito pelo Deputado Estadual, Barros Munhoz, “em resposta ao recebimento de cópia da Moção de Pesar, em virtude do falecimento de Maria Cecília Munhoz Camargo, ocorrido em 1º de outubro de 2019”. (Arquite-se após dar ciência ao Vereador Geraldo Vicente Bertanha); Ofício nº 2718/2019, datado de 02 de setembro de 2019, subscrito pelo Presidente da Câmara Municipal de Serra Negra, Vereador Wagner da Silva Del Buono, “encaminhando Moção de Apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo, João Dória, apelando para que sejam reavaliados e revistos os valores dos recursos financeiros do DADETUR – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias, que serão repassados ao Município de Serra Negra/SP” (arquite-se); Ofício nº 3116/2019, datado de 09 de setembro de 2019, subscrito pelo Presidente da Câmara Municipal de Serra Negra, Vereador Wagner da Silva Del Buono, “encaminhando Moção



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de Apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo, João Dória e às Secretarias de Estado, órgãos e demais setores públicos competentes, para reavaliar e revisar, urgentemente, os critérios para determinar a quantidade de vacinas antirrábicas para animais de pequeno porte (cães e gatos)”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Como o próximo orador, Vereador Cristiano Gaioto, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Fábio de Jesus Mota: “Boa noite, senhor presidente, pares da Mesa, nobres vereadores, vereadoras, público presente e imprensa. Venho hoje a esta Tribuna para dar uma notícia aos moradores do Jardim Santa Ana, pois estive em reunião com o Secretário de Planejamento Eduardo Schmidt, perguntando sobre o andamento do processo para o recapeamento das ruas, do Jardim Santa Ana I e II, ele me deu uma ótima notícia e quero compartilhá-la aos moradores do Santa Ana. O processo já está na Secretaria de Obras para que ela faça a solicitação de compras, para depois ser encaminhado à Secretaria de Suprimentos e depois para o processo licitatório acredito que, em breve teremos conhecimento de qual empresa fará todo o recapeamento das ruas do Sant’Ana, porque encontra-se totalmente destruída e não existe mais asfalto, digo isto porque nesta semana passei por lá, para dar uma volta e conversar com os moradores e, realmente, está intransitável, por esse motivo quero deixar essa notícia de que em breve conheceremos a empresa, para que aquele bairro seja enfim totalmente recapeado. Muito obrigado e boa noite”. Com a palavra, Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior: “Senhor Presidente em exercício Geraldo Vicente Bertanha, nobres membros da Mesa, vereadoras, vereadores, munícipes e imprensa, gostaria de ressaltar aqui os requerimentos, aprovados hoje, um deles já antecipei na semana passada, das agentes comunitárias da saúde, vimos no jornal A Comarca, uma grande preocupação, isso é rotativo, um ciclo que se prevê no tocante a dengue e a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

necessidade de prevenção, a qual faz parte da atenção básica, ela se faz e se deve muito ao trabalho das agentes comunitárias de saúde. Como disse, na semana passada, não há uma cobertura total em toda a cidade e também na zona rural, por isso solicito informações, se há previsões de chamamento, já que existe um requerimento, respondido com afirmativa, porém minha pergunta é de quando será o chamamento, porque o concurso tem validade e o Ministério da Saúde repassa dinheiro por cada agente comunitário contratado, por isso não se pode perder tempo, senão dependerá de um outro concurso, o que pode atrasar no preenchimento dessas vagas, que são tão necessárias. Recebi também uma reclamação, isso é corriqueiro, porque quando se vê empresas fazendo obras no município, as vezes necessárias, como rede de energia, telefonia, gás, vemos que essas empresas, depois de executarem suas obras, deixam de realizar o recapeamento, ou realizam esse recapeamento, esse recomposição daquilo que executaram, de uma forma precária, para não dizer uma expressão de forma porca, é necessário e por esse motivo solicito, por meio do Requerimento nº 585/2019, diante a algumas fotos apresentadas por munícipes, como na Rua do Mirante, na Rodovia Élzio Mariotoni e em outros locais, para que a prefeitura fiscalize e cobre dessas empresas, nesse caso a Congás, para que faça a recuperação decente, das obras que executaram na cidade. Por fim, o Requerimento nº 587, referente a uma reivindicação da Chácara São Marcelo, da associação, a qual aproveito para parabenizar, pelo grande trabalho que realizam no bairro, fazendo a feira noturna, além de tantas ações que buscam na Chácara São Marcelo. Eles sempre solicitam e fazem solicitações justas e, novamente, solicitaram uma relativo a bica, a qual todos conhecem, passando pela rodovia, ocorreu uma avaria e ela precisa ser recomposta o mais breve possível, inclusive, já acionei Ivair Biazotto, para que ele possa, além desse requerimento que chegará nas mãos dele, agilizar a recuperação desse cano, que é importante para o escoamento da água percorrida naquele espaço. Por último, senhores vereadores, queria dizer que na quarta-feira ocorreu uma reunião das Comissões e tratamos a respeito de uma lei que está tramitando na Casa, sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

incentivos às indústrias, alguns assessores e vereadores participaram e gostaria de convidá-los, porque nessa reunião ficou combinado, já peço licença, não sei se será o Presidente Gebe, ou o Presidente Mané Palomino, que possamos rediscutir esse projeto com a presença dos vereadores, na próxima segunda-feira, antes da sessão, pois é um projeto que merece atenção especial de todos. Vereador Gebe, Alexandre Cintra e Jorge Setoguchi estavam na reunião e decidimos chamar José Augusto Urbini, Chefe de Gabinete, e mais quem ele designar, para a próxima segunda-feira, antes da sessão ordinária, para que possamos tirar as dúvidas e compreender melhor a intenção desse projeto de lei, chamo a atenção e durante a semana estenderemos o convite, mas gostaria de reforçar aqui, em Plenário, à participação de todos. Obrigado”. Vereador Jorge Setoguchi: “Senhor presidente, membros da Mesa, vereadoras, vereadores, público presente, internautas, imprensa, boa noite a todos. Gostaria de parabenizar a Vereadora Sônia, pela moção a respeito da morte da mulher, parabenizar também a polícia civil, a polícia militar e a GCM - Guarda Civil Municipal, por prender a pessoa responsável por esse terrível assassinato, parabéns. Fiz a Indicação nº 823/2019, referente a uma ponte na estrada rural municipal, Joaquim Rodrigues Dias, localizado no Bairro Córrego Azul. Há anos pedaços dessa ponte vem caindo e caminhões não conseguem passar por ela, sendo utilizada para escoamento da produção agrícola, em geral, por esse motivo peço para que seja realizado o reparo nessa ponte, para a utilizarmos para o escoamento de produção agrícola. Há também uma outra ponte, no Bairro Fundinho, já fiz indicação para que também seja reparada, pois encontra-se nas mesmas condições, sem possibilidade de passagem de caminhão e por isso não como escoar a produção agrícola, dificultando para o agricultor e com essas chuvas acabam causando problemas rurais, ocorrendo em pontos críticos e onde impossibilita o agricultor de transitar, as vezes nem de carro se consegue, Vereador Cinoê e todos os vereadores conhecem muito bem sobre esse problema, é uma situação complicada para as pessoas que moram em áreas rurais, ou que precisam chegar até a propriedade do agricultor. Peço à Secretaria de Agricultura,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apesar do orçamento diminuído para o próximo ano, para que possam fazer um esforço e reparar esses pontos críticos, sendo exatamente os que não se consegue passar nem com carro, Gaúcho sabe muito bem sobre isso, não é?! Vereador Gebe também, que recebe muitas reclamações. É isso, boa noite a todos e obrigado”. Com a palavra, Vereador Luís Roberto Tavares: “Boa noite, senhor Presidente Geraldo Bertanha, parabênzo a você por ser presidente nesta noite. Boa noite senhores vereadores, vereadoras, público presente, boas-vindas ao Marcelo, do O Popular, morador de Santo Antônio de Posse, um grande lutador na área de acessibilidade e futuro vereador, conte com meu apoio, nós, de Mogi Mirim, gostamos muito de você, meu amigo. Quero dar as boas-vindas também a Messias Brandão, um grande amigo que tenho em Santo Antônio de Posse, lutador também, que também almeja ser vereador, meu apoio a vocês dois. Não me recordo se é em maio, ou em junho, mas nos foi apresentado na Câmara um projeto de lei, em que a prefeitura contrataria uma empresa com engenheiros, advogados, psicólogos, vários profissionais para acompanhar e atender aos moradores do Laranjeiras, em um momento que se encontra as obras em execução, lembro-me desse projeto e estava o procurando agora, hoje foi um dia muito corrido, com muitos problemas para serem resolvidos e acabei não encontrando esse projeto, o qual foi retirado. Falo sobre ele porque na época o estudei e haviam muitos profissionais para se contratar e de início imaginei que seria muita coisa contratar vários profissionais, porque o município já os tem, parecia que era algo direcionado, apenas pensei, então o projeto foi retirado, porém, hoje, vejo a necessidade, não de contratar esses profissionais, mas do município dar um respaldo aos moradores do Laranjeiras. Vocês não imaginam como é, como passam e como sobrevivem os moradores do Laranjeiras, com as máquinas passando nas ruas, com buracos feitos de dois meses atrás, tubulação de água, é muita coisa, logicamente o morador está contente por ser asfaltado, mas quando cai a chuva, como essas últimas que caíram, nenhuma máquina da empresa Simoso esteve no bairro realizando obras, também não havia nem condições, o morador não fica nem a pé, porque nem assim



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ele consegue sair do bairro, para levar a criança a uma creche, por exemplo, logicamente ele sai do bairro, mas de que forma? Há a necessidade em se criar um dispositivo para que a ambulância entre no bairro e se acabar a energia, o caminhão não conseguirá entrar no bairro, não se faz nada, isso não é vida. Amanhã chamaremos a empresa, não adianta falar que não vem, terá de vir, sim, chamaremos a empresa, os responsáveis pela prefeitura e faremos uma reunião e aviso a vocês, porque não estou fazendo politicagem, não, farei uma reunião para todos estarem presentes e a população do Parque das Laranjeiras deve ser respeitada. Entrando no bairro, há uma ponte na Rua 30, a rua principal do Laranjeiras é a Rua 30, que corta o bairro ao meio e a Rua 15, paralela à Élzio Mariotoni, a Estrada Velha Itapira, a Rua 30 não está em uso, porque os caminhões passam por lá, há muito barro e acabam usando a Rua 32, uma extensão ao Jardim do Lago e que sai também na Rua 15. Não asfaltaram o bairro todo porque se não ninguém entra e nem sai do bairro, por isso deixaram a Rua 32, mas a ponte desta está entupida, neste final de semana choveu, embora não muito, a água começou a passar por cima da ponte, criando uma cratera de um lado e do outro começou a desabar a parte do lado e se ela vier a cair, acabou, se chover um dia, ninguém sairá e nem entrará no bairro, se o bairro necessitar de uma emergência, assim como já não entra o transporte público, van não vai buscar funcionário e ambulância não entra, por isso deve-se respeitar aquele povo, criar um dispositivo ou algo que dê acessibilidade à população. Sábado fui até lá e estive com a Defesa Civil para resolver esse problema da ponte, colocaram a faixa zebra, mas na lateral, não interditaram a ponte, se tivessem o feito, aí sim seria um caos, necessitando então de uma saída emergencial para o bairro, com relação a este caso, sabe-se que a prefeitura não trabalha de sábado e domingo, a única coisa que se conta aos finais de semana e que eu falo que vivemos no dia a dia, enquanto morador me liga, contamos com a Defesa Civil, ou seja, a guarda municipal e bombeiro, quando precisamos de uma máquina, de emergência, o SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos, vai para ajudar, porém não é o ideal, já que é a prefeitura e a empresa realizem isso. Falo em nome da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

população, pedimos a limpeza daquela ponte, porque não pode ser trocada, por enquanto, isso deve ocorrer na fase 2, a limpeza é emergencial, para que a água passe por baixo quando ela cair. Boa noite, senhores vereadores, por enquanto é só”. Como o próximo orador, Vereador Marcos Antônio Franco, desistiu da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “Senhor presidente, senhora vereadora, senhores vereadores, tenho muita responsabilidade quando uso esta Tribuna, muito juízo, mas, esta Casa, este Legislativo, o qual somos nós, cada um, não pode passar esta noite em branco, senhor presidente em exercício, esta minha fala de hoje é necessária. Vereador Samuel Cavalcante, estou aguardando o fato, não é só nas redes sociais, lendo uma nota pública, no grupo de vereadores, que tocaremos adiante esse fato. Vereador Moacir, Vereador Tiago e eu, acabamos de receber uma carta, curta, não é anônima, é de uma cidadã, cobrando cada um de nós, uma atitude. Rachadinha! E diz que a prática é comum, eu não faço rachadinha! Vocês fazem? Os senhores fazem? Tenho uma assessora que chega a quase 25 anos comigo, nunca pedi a ela que me desse uma parte do seu salário. Esperei que cada um dos vereadores, que usaram esta Tribuna, pudesse comentar sobre o assunto e estou aguardando o fato, Vereador Samuel, porque o momento da vida política brasileira não é dos melhores. Tivemos aqui, em uma legislatura anterior, um vereador que falou em “mensalinho”, colocando-nos todos no mesmo balaio e venho a esta Casa, a esta Tribuna, com muita tranquilidade. Mesa, vai tomar providência? Estou aguardando, porque eu não faço isso e segundo ouvimos, o ex-assessor do Vereador Samuel disse que, segundo o vereador, é uma prática comum nesta Casa, comum! Todos fazem. Eu não faço “rachadinha”! Peço a esta Casa, a esta Mesa, que tomem providências, se alguém faz, se mais alguém faz, como dito nas redes sociais, vamos investigar! Isso pede a perda de um mandato. Muito obrigada”. Vereador Geraldo Vicente Bertanha: “Senhora Vereadora Maria Helena, em respeito à senhora e citando a Mesa, a senhora tem o conhecimento que o presidente e o segundo secretário estão em viagem, a Mesa, hoje, conta com três elementos, apenas. Estamos aguardando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para que ocorra uma reunião na próxima semana, para que seja discutido sobre o assunto, também não temos nenhuma denúncia formal, esta Mesa não se baseia por redes sociais, baseamos por fatos e os aguardaremos. Iremos, sim, o presidente tem conhecimento e já conversei com ele, por telefone, com certeza, assim que ele chegar de viagem, tomaremos as providências cabíveis. Em respeito à senhora, lerei a carta de um munícipe: “Vereador Tiago Costa, Moacir e Maria Helena, o povo de Mogi Mirim não aguenta mais, queremos mudança e 2020 está aí, confiaremos em você. A população aguarda uma investigação, denunciada por parte da Câmara, no caso do Vereador Samuel, acusado de ficar com parte do salário de seus assessores”, queria apenas dizer aqui que ele não é acusado ainda, ele foi citado, “Tiago, Moacir e Maria Helena, vocês não podem ser coniventes com essa prática de rachadinhas na Câmara, de Mogi Mirim, prática comum na Câmara”, ela pergunta: “prática comum na Câmara? A população confia em vocês e aguardo uma resposta. 11 de novembro de 2019, obrigada. Rosângela Baruff”. Queria dizer à senhora Rosândela Baruff que os nomes dos Vereadores Tiago Costa, Moacir e Maria Helena, junto com todos os nomes desta Casa, pois todos nós somos responsáveis e o seremos na hora de analisar o caso, ninguém aqui é conivente com nada, com todos os 17 vereadores”. Com a palavra, Vereador Moacir Genuário: “Boa noite, Presidente Gebê, hoje em exercício, vereadores da Mesa, vereadores presentes, vereadoras, público que nos acompanha, internet, jornalista. Sou da mesma opinião, Vereadora Maria Helena, porque foi citado que é uma prática dentro da Câmara e desconheço, porque até agora estou com meu assessor, posso dizer que desconheço e não pratico a rachadinha. Espero, realmente, uma atitude da Mesa e que ela possa tomar uma atitude, nesse sentido, porque embora não tenha citado o nome de vereadores, quando se fala, é em nome dos 17 e todos os vereadores estão sujeitos a serem um desses que praticam a rachadinha e espero que a Mesa tome providência, porque, em meu ponto de vista, a Mesa ultimamente está deixando a desejar, pois na semana passada já alertei que votamos quatro moções iguais, dois requerimentos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

iguais e hoje, novamente, votamos dois requerimentos iguais. Não sei quem é o responsável por acompanhar, se são os assessores, o presidente tem dois assessores e a secretaria, acho que nós, vereadores, não podemos cometer o erro em votar dois requerimentos iguais, como na semana passada, com quatro moções iguais, estamos aqui para acompanhar, não podemos fazer de conta que não vemos o que está acontecendo nesta Casa, temos que tomar providências, pois não sei de quem é a responsabilidade, se são dos assessores do presidente, ou se é da secretaria, mais isso não pode acontecer, como esses dois requerimento de hoje, é inacreditável, na semana passada isso ocorreu e deixamos passar batido. Como falamos e pedimos, já foi alertado, refiro-me à Mesa, com relação as homenagens de segunda-feira, ficou definido que não haveria homenagens de segunda-feira e estamos fazendo homenagens em cima de moções. Queria parabenizar Vereadora Sônia, por sua moção, pela situação do feminicídio, ocorrido nesta semana, em Mogi Mirim, inclusive um dos investigadores, Tibúrcio, é meu primo e fiquei muito contente quando ouvi a entrevista dele, colocada no Facebook, acompanho o trabalho dele não somente em Mogi Guaçu, mas aqui em Mogi Mirim também, onde realiza um bom trabalho. Temos que agradecer a polícia militar pelo trabalho executado, com a morte de Genésia e de sua filha, Rafaela, vemos há quanto tempo batalhamos pelos direitos das mulheres e ver uma atrocidade dessas, como vimos, na semana passada, cheguei a ver as fotos de Genésia, é algo para assustar, é só um maluco mesmo para fazer o que fez. Por enquanto é só, meus parabéns pela posse, Presidente Gebe”. Vereador Geraldo Vicente Bertanha: “Vereador Moacir, obrigado, mas não tomei posse, estou apenas como presidente. Gostaria aqui de fazer uma observação: quando votamos requerimentos e moções, quando estamos somos contrários e não estamos de acordo, temos que votar contra, aí todos votamos favoráveis e depois discutimos, reclamando do que foi votado, por isso temos todo direito de votarmos contrário e a favor, se não estamos de acordo, votemos contra, para que também possamos alertar”. Vereador Moacir Genuário: “Mas, presidente, temos uma pessoa responsável para fazer isso, não sei se são os assessores,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ou se é a secretaria, temos pessoas responsáveis para que não permita que isso ocorra e elas devem tomar providências, nesse sentido de não deixarem subir requerimentos e indicações iguais”. Vereador Geraldo Vicente Bertanha: “Não discordo do senhor e quanto a isso a Mesa tomará providência, apenas peço para que prestemos atenção na hora de votarmos”. Com a palavra, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: “Senhor presidente, senhores membros da Mesa, caros senhores vereadores, público presente, não ia falar nada, mas deixarei apenas uma deixa aqui. Tenho muita preocupação quando as pessoas começam a julgar, sem antes instaurar uma Comissão de Ética, ou seja, sem antes transitar e julgar em última instância, sem antes as provas de fato estarem nas mãos, porque falar, até papagaio fala, e vejo isso com muita preocupação, digo porque não tem nada a ver com segunda instância, quando estiver com documentos nas mãos, provando que alguém é culpado e estiver com prova material, com fortes indícios e provas formais, aí sim falarei alguma coisa. Senhor presidente, mudando de um assunto para o outro, tenho um defeito muito grande e costume dizer às pessoas, tento ser uma pessoa eficaz, vejo que o ego das pessoas é algo muito ruim e muito grande, as que têm um ego muito grande e quer sempre estar à frente da notícia, que sempre quer dar o “bum” da reportagem, às vezes são inconsequentes, porém gosto da eficácia, de pessoas eficazes, que são verdadeiras, quem fazem tudo com exatidão. Queria falar sobre esse homicídio, ocorrido em Mogi Mirim, falo há muito tempo sobre essa questão dos homicídios, desses atentados contra as mulheres, isso causa uma brutal comoção social em nossa cidade, não apenas aqui, mas no país inteiro e pergunto para os senhores: que atitude foi tomada, até agora, por nossos congressistas, em mudar o nosso código penal? Culpado é o povo brasileiro que não exigiu e hoje as mulheres devem fazer uma pressão nos congressistas para mudar a lei. Obrigado, senhor presidente”. Como o próximo orador, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Sônia Regina Rodrigues: “Boa noite, presidente, Mesa, vereadora, vereadores, público presente. Vereador Magalhães, você falou muita verdade, mas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

precisa ainda mais, porque foi tirado a autoridade do delegado de polícia e hoje não pode pedir o mandato de busca, se uma mulher chegar à delegacia e falar que tem uma arma, quem dá autorização para se entrar dentro dessa casa é somente o promotor e o juiz. A medida protetiva quem dá também é o promotor e o juiz, embora tenha ocorrido, em até 24 horas e a tolerância é em até 48 horas, se essa autoridade fosse pelo delegado de polícia, poderia ser imediata, por isso muita coisa tem de ser alterada e foi aquilo que você falou, cadê a mudança de lei, favorável à mulher? Não sei se vocês se lembram, mas falei aqui, no ano passado, sobre o feminicídio em Mogi Guaçu, foi em meu plantão. Uma mulher, na parte da tarde, foi torturada por três homens, ela apanhou de caibro e atado fogo em seu corpo, ficando a tarde toda sendo torturada com combustível de álcool, além dela ter sido surrada e torturada a tarde inteira, ela levou um tiro, o qual não entrou em óbito, depois atearam fogo, isso, aproximadamente às 20 horas. Estava no plantão e quando cheguei ao local, ainda havia chamas no corpo dela, ela não tinha identidade naquele momento, seria enterrada como indigente, então me empenhei, o máximo que pude até conseguir contato com homicídios, do Rio de Janeiro, para identificar quem era aquela mulher e um dos documentos que achei dela, era o resultado de um exame de ultrassonografia, que apontava uma gravidez, em nove meses vi um desses criminosos andando na rua. Não houve comoção pública e diante a isso quero convidar a todos que estão presentes e quem está acompanhando essa minha fala, no dia 15 de novembro será feriado nacional, convido vocês a comparecerem de preto, todos de preto na Praça Chico Mendes, no Jardim do Lago, aqui em Mogi Mirim, para nos reunirmos e fazermos um grande protesto, vamos caminhar até à frente da casa de Genésia, levaremos flores brancas nas mãos e bexigas, na frente da casa dela queremos depositar essas flores e soltar essas bexigas, como um ato de protesto, porque queremos chamar a atenção do Brasil, para que olhem para a causa da mulher. É um absurdo o que Genésia passou e para quem não a conheceu em vida, ela tinha quatro filhos, rimo de família, lutava muito e ia trabalhar em uma fábrica de doce, havia uma pessoa passando por uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

situação muito delicada, como se já não bastasse a situação vivida por Genésia, ela levava uma alimentação muito simples em sua marmita e ainda sim ela dividia essa marmita com um amigo meu. Era uma mulher com o coração nobre, batalhadora, fazia pão com sua filha e vendia na rua, filha essa que hoje está internada, sem uma mão, por conta desse agressor, de tamanha estupidez. Quero dizer, como policial também, é muito difícil segurar um homicida, ainda que haja medida protetiva e mandado de prisão, é muito complicado defender essa mulher, defender essa família, por isso precisamos de leis mais duras. Há um estudo em nível mundial de como reduzir a criminalidade e não é com pena de morte, não é com prisão, é com a certeza de punição, coisa que não vemos no Brasil em nenhuma área, somos um país da impunidade, vimos o que aconteceu nessa semana, no país, enquanto isso não mudar e não houver interesse, desejo de fazer a justiça valer, viveremos essa “patifaria”. Convido a vocês para esse protesto, que ocorrerá nesta sexta-feira, saindo do Jardim do Lago, às 09 horas, convido a todos estarem de preto, é um ato de luto, assim como estou vestida, hoje, em homenagem a Genésia, uma guerreira, que morreu na mão de um covarde com duas vezes o peso dela, não temos a força para lutar com um homem, nem queremos a força de um homem, queremos respeito e é isso que pedimos. Obrigada e boa noite”. Vereador Geraldo Vicente Bertanha: “Gostaria de aproveitar a fala de Vereadora Sônia, para dizer que teremos aqui, no Plenário da Câmara, dia 28, a pedido do Vereador Presidente desta Casa, Manoel Palomino, com o primeiro seminário sobre violência contra a mulher. Começará, às 09 horas, até às 16 horas, estão todos convidados”. Com a palavra, Vereador Tiago César Costa: “Senhor presidente, vereadores, vereadoras, público presente, imprensa, boa noite. Como fui provocado nesta sessão da Câmara, no sentido de me manifestar a respeito do pedido dessa cidadã, quando cheguei à Câmara, Vereadora Maria Helena trouxe-me esse documento, de um pedido para que eu, Vereadora Maria Helena e Vereador Moacir, tomássemos providências com relação a essa situação do Vereador Samuel e de seu ex-assessor Adalto, que trabalhou aqui nesta Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Sinceramente, formalmente, como sou da Comissão de Ética e Disciplina, com Vereador Gaioto, Vereadora Maria Helena, Vereador Magalhães e Vereador André Mazon, este que não está aqui neste momento, me coloquei no seguinte sentido: quando as provas chegarem em nossas mãos, em uma denúncia formal, eu, como vereador e membro dessa Comissão, me sinto no dever de analisar todos os fatos e, realmente, verificar se há, ou não, algum indício dessa rachadinha. O que posso dizer, coloco meu sigilo bancário e o que for do Ministério Público, para que avaliam se algum dia peguei um real de meu assessor, graças a Deus sempre pautei pela honestidade e pelo trabalho sério, não sei nem quanto ganha meu assessor, para vocês terem uma ideia. Coloco a disposição do Ministério Público e do promotor de justiça, meu sigilo bancário, fiscal, o que devam achar necessário para investigar, porque não quero fazer parte do mesmo balaio de quem recebe rachadinha, seja aqui, ou na Assembleia do Rio de Janeiro, seja na Assembleia da Câmara de São Paulo, acho que rachadinha é crime e quem o comete deve responder como criminoso. Agora, todo mundo tem direito a defesa, ao ser contraditório e quem denunciou e está aí nos corredores falando isso, que traga as provas, seja homem o suficiente, ou mulher, que seja, que traga as provas para os vereadores da Comissão de Ética e Disciplina, ou leve à Promotoria e denuncie o fato, o que não pode é ficar esse “disse, me disse”, com conversa de assessor falando que era uma prática comum, de todos os vereadores receberem rachadinha, é como falei, não pego um real do meu assessor e nunca pegarei, porque é um ato desonesto e não condiz com meu caráter, nem com minha lisura dentro desta Casa de Leis. Agora, se há alguém que comete essa prática de rachadinha, que venham as provas, tomaremos providências e como já disse aqui, Ministério Público está a sua disposição, se quiser me investigar e meu sigilo bancário e fiscal, desde já, entrego em suas mãos. Agradeço aos vereadores por termos aprovado essa moção de repúdio ao STF – Supremo Tribunal Federal, pela mudança na jurisprudência, é algo também muito grave que está acontecendo em nosso Brasil. Depois de três anos vem o STF e muda sua posição, como se fosse normal colocar bandidos na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cadeia, para depois de anos rever a jurisprudência, vemos então Ministro Dias Toffoli, presidente do STF, ex-advogado do PT, que muda de posição e coloca Zé Dirceu, que andava lado a lado com Lula e companhia limitada, dentre outros bandidos que assaltaram o Brasil e ainda temos que ver essa patifaria na televisão de “Lula livre”, de “Lula inocente”, ele não é inocente coisa nenhuma, ele é um dos maiores bandidos, chefes de quadrilha, que destruíram nosso país, para chegar no que estamos hoje, com 16 milhões de desempregados no país. Achei muito cômico, se não fosse trágico, a entrevista que o presidente do PT de Mogi Mirim, deu à A Comarca, quando questionado sobre Lula ele diz, Doutor Hernani, na opinião dele sobre a soltura de Lula: “garante o respeito ao Estado democrático direito e direitos que conquistamos após a ditadura. A soltura favorece o fortalecimento da democracia e no primeiro momento pode haver um acirramento maior em razão ao atual clima, porém, Lula em liberdade deve contribuir favoravelmente para o debate político”, pelo amor de Deus, Senhor Hernani, presidente do PT, com Lula fora da cadeia o que favorece é a bandidagem, favorece que o crime compensa, neste país, favorece um STF aparelhado pelos nomeados do senhor Lula, que colocarem ele na rua, hoje, é isso que favorece. Vem aí o julgamento do sítio, espero que o Congresso Nacional mude a Constituição Federal, apoiaremos essa mudança, para que, quem for condenado em segunda instância, seja preso e fique na cadeia, aqui não tem essa de “Lula livre”, não, aqui é “Cadeia para Lula”, ele não contribui para nada, a não se tirar sarro do cidadão de bem, que trabalha honestamente neste país. Lula preso, babaca, e não livre”. Com a palavra, Vereador Alexandre Cintra: “Excelentíssimo senhor presidente em exercício, membros da Mesa, senhoras vereadoras, senhores vereadores, público presente e imprensa, boa noite a todos. Boa noite, Gil Rodrigues, obrigado por sua presença e daqui a pouco falarei sobre o evento da Educação. Senhores, hoje é um dia, ao mesmo tempo de alegria e de tristeza, para mim, porque o assunto é cultura e hoje faleceu um grande companheiro meu na Cultura, Oscar Silva, servidor público, trabalhava como vigilante e durante 12 anos trabalhei com ele na Cultura. Nosso



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

querido Oscar, Gérson o conhece muito bem, que nos ajudou muito a colocar nossa programação cultural em pé, faleceu hoje, ele estava trabalhando no CAIC, como vigilante, não tem como tocar no assunto sobre cultura e não lembrar de nosso querido Oscar. Senhores, no dia 17 de fevereiro de 2017, foi aprovado por desta Casa, um requerimento meu, pedindo informações para nosso Prefeito Carlos Nelson Bueno, se havia, ou não, projetos de reforma, no Centro Cultural de Mogi Mirim, pois bem, fiquei extremamente feliz com o resultado disso tudo, mais do que o projeto, foi assinado o contrato de reforma do Centro Cultural, na ocasião, Gebê estava presente e conversamos bastante sobre isso. Foi apenas um pedido, de uma luta que acompanho há muitos anos e que os senhores sabem muito bem, desde quando coloquei os pés aqui dentro, minha bandeira é cultura, educação e esporte, não renuncio e lutarei incansavelmente por isso. Graças a Deus o contrato foi assinado, hoje tive a notícia por Marcos e Érica, obrigado pela presença de vocês, pois hoje iniciaram as reformas, muito obrigado, obrigado, mesmo, isso é um trabalho meu, por meio da Câmara e nosso, de todos nós, já que os senhores aprovaram o requerimento, mas principalmente pelo trabalho dos artistas mogimirianos, como: atores, bailarinos, músicos, fotógrafos, artistas plásticos, artesãos, artistas de rua, que juntamente com a brilhante gestão de Marquinhos Dias, nosso Secretário de Cultura e Turismo, com toda sua equipe, colocaram a cidade, novamente, com uma efervescência cultural, isso é nítido, as transformações que a cultura trouxe para esta cidade, transformações regionais e até mesmo estaduais. É um trabalho de muita gente, é despertar, na verdade, isso na administração municipal. Com a reforma do Centro Cultural, é reconhecer o trabalho de excelência de Marcos Dias e toda sua equipe e o trabalho de excelência dos artistas mogimirianos, é reconhecer, sim, e há um breve histórico: “o Centro Cultural será reformado, a prefeitura assinou um contrato com a empresa Y.F.C - Construções Ltda., para a reforma do Centro Cultural Lauro Monteiro de Carvalho e Silva. A obra prevê: pintura na parte interna e externa, mudanças na fachada, rampa elevatória para o andar superior, afim de facilitar a acessibilidade para o museu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e salas de aulas, reforma do telhado, além do projeto de segurança no sistema de combate à incêndios”, que é tão importante em espaços públicos e uma luta de Vereador Tiago Costa. “No teatro, serão realizados uma série de melhorias com: substituições de pisos, mudanças na parte elétrica, retirada do forro, troca de divisórias por drywall, impermeabilização, reformas de camarins e nova iluminação. A obra está prevista para ser entregue em 2020 e será custeada via recursos próprios da prefeitura, no valor de R\$ 765.716,96 reais”, a princípio foi orçado em mais R\$ 1 milhão. Fico muito feliz com isso, mas sou solidário a você, Jorge, em relação ao orçamento para o ano que vem, referente à Agricultura, como você mesmo disse, já que gera arrecadação, por que diminuíram? Entendo sua angústia e sua indagação, mas fico feliz porque o orçamento da cultura, até que enfim, houve um aumento, Marcos e Érica, vocês que estão aqui, hoje, representando a cultura, o orçamento da Cultura consta com um aumento, não apenas da cultura, como do esporte, isso foi dito aqui, na audiência pública, do dia 30 de outubro de 2019. Continuemos lutando, trabalhando e construindo ferramentas, para que a população reconheça e faça uso do trabalho da cultura em todos os setores, que não fique somente no Centro Cultural, a cultura não deve ficar centralizada, ela precisa ser descentralizada e chegar à população nos bairros. Muito obrigado”. Com a palavra, Vereador Cinoê Duzo: “Boa noite a todos, gostaria de abordar o assunto do Complexo do Lavapés, sempre defendi e defenderei o Zerão, para que se torne um verdadeiro cartão postal. Há um projeto, aprovado por esta Casa de Leis, sobre a revitalização do Zerão, em sua totalidade, abordando e contemplando desde a recuperação da calçada, à iluminação, Teatro de Arena, limpeza do lago, ciclovia, aerador. Falando em cultura, Alexandre, com certeza, o Teatro de Arena foi um ponto de partida para a recuperação da questão da cultura, da valorização de seus artistas e, conseqüentemente, na valorização e recuperação deste cartão postal, carinhosamente chamado: Zerão e Fábio tem um dedo muito importante lá. Sei que há muito por fazer, mas, tenho que reconhecer, que o Prefeito Carlos Nelson não tem medido esforços para que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Complexo do Lavapés tenha o seu valor e sua real importância, pela qualidade de vida, por meio do esporte, da cultura, da conscientização da população, desde não jogar o papel no chão, como contemplar um artista quando está se apresentando. Falando em artista, Marcos e Érica Rodrigues, parabéns pelo trabalho realizado por vocês, por meio da cultura, transmitam o grande abraço ao Secretário ímpar, Marcos Dias, nesta administração. Reafirmando, quando se passa pelo Complexo do Lavapés, hoje, a parte da limpeza está impecável, porém chamo a atenção para a parte da população, da cidadania, quando você vir alguém depredando algo, ligue para a Guarda Municipal, não é apenas cobrar a prefeitura, mas também exercer seu papel de cidadão, não se cobra apenas dos 17 vereadores, mas toda população é agente fiscalizador. Sobre a ciclovia, que está para ser recuperada, quero agradecer ao atual gerente, Vereador Fábio e toda sua equipe, que não mediram esforços e com certeza garantirão a segurança dos ciclistas e também trabalho para a garantia da acessibilidade, em que nossos queridos portadores de necessidades especiais, no caso dos cadeirantes, devem ter prioridade e desafio todos nós a passarmos um dia em uma cadeira de rodas e realizar todas as atividades que fazem todos os dias, é um desafio, principalmente com calçadas esburacadas. Acredito que com esse trabalho da Secretaria de Obras e com o prefeito a frente, que vê com bons olhos a parte da acessibilidade, no Zé e em toda a cidade, acredito que há, sim, uma luz ao final do túnel. Parabéns a todas as secretarias envolvidas e leve esse abraço, Fábio, a todos os secretários, boa noite e obrigado”. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h53, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Artigo 171 do Regimento Interno. 1. Projeto de Lei nº 112, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração de critério para concessão de remissão de crédito tributário decorrente de Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) e Taxas de Serviços Públicos (TSP), previsto na Lei Municipal nº 4.039, de 13 de julho de 2005”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; de Exames de Assuntos Industriais e Comerciais e Parecer Conjunto das Comissões de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Para discorrer sobre a matéria fez uso da palavra Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior: “Senhores vereadores, estamos diante a esse projeto e gostaria até de pedir licença, sei que cada projeto deve ser discutido em seu momento de votação, mas para não se tornar muito cansativo e repetitivo, gostaria de aproveitar e falar sobre os dois projetos que estamos alterando, que é a proposta do Executivo, nº 112 e 114, pois tratam, justamente, da fórmula, do cálculo do IPTU – Imposto Territorial e Predial Urbano, e das taxas que o acompanham, um referente a não incidência e o outro sobre a remissão. A lei de 2005, o primeiro projeto, temos vários fatores e critérios para que a pessoa possa vir até a prefeitura, posteriormente ao recebimento do carnê, para pleitear a remissão de seu imposto e o município faz pouquíssima alteração, na verdade, as duas leis serão atualizadas, para atenderem melhor os critérios e atender aqueles que realmente mais precisam da isenção, da remissão e da não incidência. No caso do Projeto de Lei nº 112, altera-se a metragem de 70 para 80 metros quadrados de construção, é uma importante atualização que atenderá a mais munícipes e acreditamos que trará justiça tributária, para aqueles que precisam, que pagam seus impostos e que necessitam dessa remissão, bem como o Projeto de Lei nº 114, ocorrendo também uma atualização do valor da planta genérica, para chegar até aquele limite e a não incidência já não é emitido o carnê, as pessoas não o recebem em casa, porque na fonte, no cadastro imobiliário, já se enquadra a não incidência e não saio o carnê do IPTU, por conta disto houve também uma atualização dos critérios, para conceder a não incidência. Uma das principais mudanças, explicado aqui, inclusive, pela equipe do cadastro,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

referente àqueles loteamentos verticais e a lei anterior beneficiava somente os imóveis de loteamentos horizontais, não contemplava, por exemplo, aquele loteamento da zona leste Minha Casa Minha Vida, Terras de Mogi, inclusive uma vez apresentei um requerimento, para haver estudos para esse tipo de alteração, com relação as leis de não incidência e de remissão, possibilitando aqueles moradores a terem a não incidência do IPTU. Resumindo, são pequenas alterações nos dois projetos, visando o benefício tributário para aqueles que mais precisam, que ganham menos, que estão enquadrados em questões de vulnerabilidade social e que merecem essa isenção de imposto, há o número de quantas famílias serão beneficiadas no projeto e a renúncia fiscal não é tão significativa, pois as famílias atingidas resultam no valor que está nos projetos de lei. Acredito que sejam projetos que atualizem o equilíbrio fiscal, por isso é importante que esta Câmara possa aprova-los”; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 112/2019, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 2. Projeto de Lei nº 114, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração da Lei Municipal nº 4.889, de 10 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a não incidência do Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) e das Taxas de Serviços Públicos (TSP), enquadrados na Lei Complementar nº 235, de 24 de novembro de 2009, nos casos e condições que especifica”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; de Exames de Assuntos Industriais e Comerciais e Parecer Conjunto das Comissões de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 114/2019, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 3. Projeto de Lei nº 117, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim a alienar, por doação, área de terreno de sua propriedade à empresa ‘M. W. GASPARINI EPP’, e dando outras providências”. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação; de Exames de Assuntos Industriais e Comerciais; de Obras, Serviços e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento. Para discorrer sobre a matéria, fez uso da palavra Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior: “Novamente venho a Tribuna e quero, inicialmente, saldar ao proprietário da M.W Gasparini, Maicon, que está presente e já veio na votação do projeto de lei, em 2017, novamente comparecendo a sessão para acompanhar essa votação, esteve aqui na quarta-feira, na reunião das Comissões, juntamente com o representante do Planejamento, explicando o motivo dessa nova doação. É comum uma empresa receber uma área e depois, na implantação, encontrar uma necessidade de ampliação naquela área doada, foi o que aconteceu com Gasparini, já tivemos oportunidade de visitar, assim como outros vereadores, sabemos que está em pleno funcionamento, é mogimiriano, é daqui da cidade e ele precisa regularizar essa área, quer receber novamente mais uma área de 3.750 metros quadrados, para que ele complete a questão legal da área ocupada, para que possa iniciar a parte burocrática de sua empresa. É uma felicidade para nós, Maicon, tê-lo aqui e saber que você, como empresário, antes do prazo, o qual votamos em 2017, falei isso na reunião das Comissões, ele tinha dois anos para colocar em pleno funcionamento, nem venceu os dois anos e a empresa já está em pleno funcionamento, mostrando que esta é bem consolidada, séria, transparente e, se Deus quiser, dará muitos frutos e movimentará muito a economia, gerando empregos para o município. Não é uma área das melhores, mas do limão ele fez uma limonada e meus parabéns, Maicon, acredito que esta Câmara, com certeza, apoiará essa doação”; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 117/2019, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 4. Projeto de Lei nº 132, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração da Lei Municipal nº 5.760, de 11 de março de 2016, que proíbe a queima de lixo de qualquer material orgânico ou inorgânico na zona urbana do Município de Mogi Mirim”. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação; de Obras, Serviços, e Atividades Privadas; de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Fez uso da palavra, Vereador Gerson



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Luiz Rossi Junior: “Não posso, de jeito nenhum, deixar de discutir sobre este projeto, até porque foi uma luta minha de três anos, pedindo para que regulamentassem essa lei e até que enfim ela será regulamentada. Depois de três audiências públicas, de muita discussão e de muitos pedidos sobre as queimadas, é um projeto que, na verdade, complementa uma lei do Vereador Robertinho, a qual faço menção a ele, um projeto de 2016 que proíbe as queimadas, pois hoje a fiscalização é feita somente na lei de limpeza de terrenos e se aprovarmos esta lei, hoje, teremos outros tipos de penalidades a outros tipos de queimas. Fico feliz e satisfeito, porque vemos que as queimadas geram, cada vez mais, reclamações e buscamos a conscientização, a educação, o controle ambiental, pois a queimada acaba desequilibrando nosso meio ambiente, causando problemas respiratórios, problemas de saúde pública. Acredito que essa regulamentação da Lei nº 5.760 de 2016, do Roberto, ajudará muito a prefeitura e a fiscalização, para aqueles que fizerem uso atendo fogo, queimarem indústrias, qualquer pessoa física, agora, pode ter essa penalidade imposta e isso é importante, porque tínhamos apenas uma ferramenta e agora teremos outras. Meus parabéns a Luís Roberto, depois de vários anos, ter sua lei efetivamente aplicada”. Com a palavra, Vereador Luís Roberto Tavares: “Boa noite, senhores vereadores, obrigado pelas palavras, Gerson. Fiz uma lei em 2016 até onde pode um vereador, vocês sabem que algumas coisas são de autoria do Prefeito Municipal e tem que ser do Executivo para a regulamentação, fiz até onde podia fazer e lembro-me que, assim que iniciamos o ano 2017, Gerson, realmente, realizou as audiências, se não me engano nos três anos subsequentes, estive em todas elas e nelas debatemos o assunto e na penúltima, em 2018, contamos com a presença dos fiscais, posso estar enganado dos anos de 2018, 2017, o ano em que mais debatemos, juntamente com os fiscais, discorrido item por item de minha lei e as modificações que poderiam ocorrer. Me sinto feliz, também, porque iniciamos em 2017 várias audiências, por meio do Vereador Gerson, que achou que deveria melhorar e o fez muito, hoje então chegou o grande dia de transformá-lo em um projeto de lei do Executivo, não tem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

problema ser adotada pelo prefeito, mas é para melhoria do município. Voto a favor e gostaria que todos, além de votarem a favor, conscientizem-se e peguem a bandeira das queimadas e toda essa ilegalidade para ajudar a cobrar mais, porque é sobre o ar que respiramos e precisamos modificar essa situação, que essa lei sirva de incentivo para outros municípios e outros vereadores, para que façam o mesmo em suas cidades, porque a fumaça não vê a cidade e não vê a lei, ela apenas invade. Um grande abraço”; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 132/2019, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); 5. Projeto de Lei nº 133, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar Termo de Colaboração com Entidades que especifica, para concessão de Subvenção Social, por Meio de Dispensa de Chamamento Público e dando outras providências”. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Assistência Social e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 133/2019, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). **“Ex-vi” do disposto no Artigo 171 do Regimento Interno:** 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2019, de autoria da Vereadora Sonia Regina Rodrigues, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Deputado Federal RICARDO IZAR JUNIOR ‘Ricardo Izar’”. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade dos vereadores presentes, o Projeto de Decreto Legislativo nº 14/2019, da Vereadora Sonia Regina Rodrigues); (ao Presidente para promulgar, conforme artigo 18, I, “i”; IV, “g”, do Regimento Interno); 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2019, de autoria do Vereador Jorge Setoguchi, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Senhor JOSÉ CARLOS DA CRUZ ANDRADE”. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vereadores presentes, o Projeto de Decreto Legislativo nº 15/2019, do Vereador Jorge Setoguchi); (ao Presidente para promulgar, conforme artigo 18, I, “i”; IV, “g”, do Regimento Interno); 8. Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2019, de autoria do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Pastor EMERSON GOMES BARBOSA”. Parecer Conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (posto a votos em sessão de hoje, a Câmara aprovou, Turno Único, por unanimidade dos vereadores presentes, o Projeto de Decreto Legislativo nº 16/2019, do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães); (ao Presidente para promulgar, conforme artigo 18, I, “i”; IV, “g”, do Regimento Interno); Fez uso da palavra, *Questão de Ordem*, o Vereador Tiago Cesar Costa, para requerer, “ex-vi” do disposto no Artigo 155, VI, combinado com o Artigo 183, §2º, do RI, Votação Nominal, para o Parecer Desfavorável ao Projeto de Lei nº 90/2019, o que foi submetido a votação, pelo Presidente da Câmara, e aprovado, unanimemente, pela Casa. **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto do Artigo 36, do Regimento Interno:** 10. Parecer Desfavorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 90, de 2019, de autoria do Vereador Tiago César Costa, “instituinto no Município de Mogi Mirim a obrigatoriedade da instalação de equipamento eliminador de ar na tubulação do Sistema de Abastecimento de Água”. O Parecer irá a Plenário para ser discutido; se ***rejeitado***, prosseguirá o processo sua tramitação sendo encaminhado às próximas comissões, e se ***acatado o Parecer Desfavorável***, o Processo será arquivado. Para discorrer sobre a matéria, fez uso da palavra Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior: “Senhores vereadores, com todo respeito que tenho a todos os vereadores, da forma que ajo em minha atuação parlamentar, gostaria de justificar meu parecer desfavorável, pois sei que é um tema bastante discutido, aliás, não é a primeira vez que temos esta discussão nesta Casa e digo até que gerou muitas dúvidas. Não sou perfeito e não sou dono da verdade, mas fiquei com muitas dúvidas durante a tramitação deste projeto, devido ao fato de já discutirmos anteriormente, na época da vereança do Orivaldo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Magalhães, que já apresentou uma proposta semelhante. Já houve decisão judicial de ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade, e há um julgamento do projeto, obrigando a prefeitura e o SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos, a instalarem os bloqueadores de ar. Posteriormente, Luís Roberto Tavares, que está presente, não sei se na mesma legislatura, ou em outra, apresentou um projeto, autorizando aqueles que queiram adquirir o bloqueador, o SAAE fica autorizado a permitir que os bloqueadores sejam instalados. Agora, essa lei está em vigor e será, se encaminhado às seguintes Comissões, o projeto do Vereador Tiago Costa revogará essa do Luís Roberto. Falamos sobre três projetos de leis e que envolve três vereadores desta Casa, por isso tenho muita tranquilidade em discutir isso com vocês e colocar minha posição, porque, como fazemos na Comissão, todo projeto é encaminhado à Governet e vem um parecer, uma consultoria contratada pela Casa, todo projeto de vereador é passado e vem pela inconstitucionalidade, encaminhamos para o vereador autor, que manifestou colocando alguns julgados de jurisprudência, em que a grande questão é trazer ônus ao município, um projeto de lei que traz obrigações para o município e feriria o princípio do vício de iniciativa, por isso seria inconstitucional. O vereador trouxe alguns julgados, no sentido de que é possível trazer ônus para o município, no caso, se não me engano, Rio de Janeiro, de escolas públicas e, como presidente da Comissão, encaminhei para o SAAE, para que se manifestassem sobre o projeto de lei, ele o fez assistencialmente, juridicamente e tecnicamente sobre a questão dos bloqueadores que estão no processo e juntamente vem o parecer da ARES-PCJ, a agência reguladora, com uma extensa explanação técnica e jurídica, desaconselhando a tramitação do projeto de lei e a questão dos bloqueadores, que não são regulamentados pelo IMETRO, há toda uma discussão acerca disto e um posicionamento da ARES-PCJ e do próprio SAAE. Por fim, mesmo com essa posição, solicitei a Procuradoria Jurídica da Câmara, na pessoa de Doutor Fernando, para que ele pudesse manifestar sobre o projeto, já que tínhamos uma ação direta de inconstitucionalidade e, sinceramente, coloco aqui



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

minha dúvida quanto a esse posicionamento, se deveríamos ou não votar, qual seria minha posição como Comissão de Justiça e Redação. Depois de um tempo veio o parecer manifestado, também, pela similaridade do projeto, com aquele que Vereador Orivaldo Magalhães apresentou, o qual já foi julgado pela Justiça e consta que está protegido pela coisa julgada, ou seja, ela não se altera e diante a esses pareceres, minha posição não poderia ser outra, de colocar o parecer desfavorável a esse projeto. Não tenho nada contra Vereador Tiago e sua proposta, acho que estamos aqui em uma democracia, em um debate que deve ser de alto nível, mas como Comissão de Justiça e Redação, até por minha formação jurídica, não haveria outra posição a não ser esse parecer desfavorável, lógico, se formos discutir a questão tarifária do SAAE e seus problemas, seria uma outra discussão, acho que o bloqueador é uma questão mínima, é uma posição minha e pessoal, o debate deveria ser outro, porém debatemos a questão da obrigatoriedade do SAAE, em implantar os bloqueadores e questiono-me também a eficiência deles, se há cidades que já fizeram isso e obrigaram. Enfim, são questões que merecem debates nesse projeto, mas minha posição, como Comissão de Justiça e Redação, tive que me embasar em manifestações e em resposta os pareceres todos desfavoráveis e isso, obrigatoriamente, me coloca em uma posição para emitir o parecer desfavorável. Tiago, não é nada contra vossa excelência, respeito sua propositura, porém é minha posição e deve acompanhar aquilo que busquei de informações”. Vereador Geraldo Vicente Bertanha: “Senhores vereadores, em razão da queda de energia, na tarde de hoje, estamos com problemas técnicos na Câmara, vocês estão percebendo, inclusive, pelo relógio. Fui avisado de que a transmissão da internet da Casa caiu, mas são gravados vídeo e áudio, os quais serão disponibilizados posteriormente no site da Casa, para não haver nenhum tipo de insinuação, ou alegação, pois é um projeto importante. Lamento, mas acabei de ser avisado pelo pessoal da filmagem que a internet caiu, temos auxílio, os vereadores estão filmando e ficamos tranquilos quanto a isso”. Com a palavra, Vereador Cristiano Gaioto: “Boa noite, senhor Presidente Geraldo Bertanha, nobres pares,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

público presente, funcionários da Casa, jornalistas. Vocês recordam-se que, por várias vezes, nesta Tribuna, vim aqui e reclamei muito com Gerson, inclusive reclamei com Tiago, que era da Comissão de Justiça, nos dois anos anteriores, que alguns projetos que apresentei a Governnet deu um parecer contrário e o mesmo tinha em Campinas, em Mogi Guaçu, Limeira, Piracicaba e cidades vizinhas, com o parecer favorável do Procurador Jurídico da Casa deles. É um projeto polêmico e Gerson citou três vereadores que fizeram o mesmo projeto, pode ser que não sejam iguais, mas com as mesmas intenções, como dos Vereadores Magalhães, Tiago e Roberto, por isso tenho muita dúvida quanto a aprovação do parecer da Justiça e Redação. Acho que não estamos votando hoje o projeto e acho também que deva ser apreciado por outras Comissões, como as de Obras, composta por mim, Moacir e André, também com a de Finanças e Orçamentos, inclusive tenho algumas dúvidas financeiras sobre o projeto, acho que pode voltar à discussão e as vezes podemos achar alguma saída, alguma emenda ou alguma coisa do tipo, para que se possa ajudar o projeto. Entendo as dúvidas do Gerson e não tenho dúvidas que fez da melhor maneira possível, assim como sempre faz por meio de pareceres da Governnet e de nosso competentíssimo procurador jurídico, mas na lei do direito, às vezes, temos que tomar um certo cuidado e retirei os quatro projetos que apresentei, pois foram considerados inconstitucionais, por isso pedi a retirada deles e não levei adiante, até porque um deles o prefeito acabou fazendo a lei, com relação aos primeiros socorros. Acredito que este projeto possa ser mais discutido pela Casa, já que na verdade não o foi, já que discutimos apenas o parecer e, na minha opinião, ele é importante, porque se não o fosse, três vereadores não teriam sugerido o mesmo projeto. Precisamos discutir melhor e essa é uma posição minha, do Vereador Cristiano Gaioto, coerente com o que fiz no de 2017 e no de 2018, nesta Tribuna”. Com a palavra, Vereador Tiago César Costa: “Senhor presidente, vereadores e vereadoras, público presente e imprensa, venho falar especificamente sobre este projeto e também com todo respeito ao parecer contrário, acho que acontece e baseado em Vereador Gerson, Presidente da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão, com os Vereadores Jorge Setoguchi e Samuel Cavalcante, tiveram acesso aos documentos, podem ter sido convencidos a dar o parecer dessa forma, porém, é como disse Vereador Cristiano Gaioto, se o Supremo Tribunal Federal, que julga a inconstitucionalidade de lei, mudou seu entendimento na questão da prisão após a segunda instância, eu tenho argumentos jurídicos para que este projeto vá para frente, se for analisado sobre o aspecto que tentei levar à Comissão, pois na Constituição Federal, consta em seu Artigo nº 170 e um de seus princípios é “defender o direito dos consumidores”. Sobre esse aspecto, o projeto de lei apresentado aos senhores, não foi apreciado nem pelo Tribunal de Justiça, do estado de São Paulo, sequer pelo Supremo Tribunal Federal e há, ainda, um ministro, em Mogi Mirim, do Dedo Duro, declarando inconstitucionalidade da lei, sem nem ter estudado direito, nem ter sido ministro e nem juiz de direito, apenas para colocar a população contra um projeto, com duas mil assinaturas de mogimirianos, consumidores, danificados por pagarem ar ao invés de água. Há vários exemplos e vídeos no grupo Acontece Mogi e durante um certo período, vários vídeos foram postados por consumidores, que pagaram ar, mostraram que seu hidrômetro media ar e é justo para nós, representantes do povo, saber que estão pagando ar e sobre ele estão pagando esgoto, que sobre este pagam taxa de 10%?! Não é justo, senhores vereadores e senhoras vereadoras. Se a Constituição Federal, em seu Artigo nº 170, podem procurar, para não dizerem que faço Fake News, porque há uns babacas na internet falando ainda que fazemos Fake News, mal sabem de onde vêm as informações. No Artigo nº 170, da Constituição Federal, consta: “a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos, existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: Inciso V: defesa do consumidor” e o próprio Código de Defesa do Consumidor, no Artigo nº 51, inciso IV, § 1, incisos I e III, constam também a mesma coisa, que o consumidor precisa ser defendido dessas situações, situação como, quem mora no Jequitibás? Não sei se alguém daqui mora, mas, recentemente, moradores tiveram suas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

contas com o dobro do valor e reclamaram para o SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos, alegando que havia uma pressão estranha no Jequitibás e colocariam o inibidor de pressão, mas, será que no Morro Vermelho, há inibidor de ar e pressão? Há, sim! Segundo informações que recebi. Já o Jequitibás as contas vieram em dobro e o que acontece? O consumidor filma, girando com o ar e a resposta é: “não, o que é isso? Que engenheiro é esse, que fala que tem ar na rede?”, tem ar na rede! A população de Mogi Mirim, em defesa dos consumidores mogimirianos, não podem mais pagar por ar, ao invés de água e quem declara inconstitucionalidade de lei, aqui, no Brasil, é o Supremo Tribunal Federal, se nosso procurador for competente, ele vai até o Supremo discutir essa questão, com base no Artigo nº 170, inciso V, da Constituição Federal, porque, como falaremos aqui sobre algo inconstitucional, se um ministro o declarou inconstitucional? Vai também da competência do procurador. Tenho aqui pareceres de Mogi Guaçu, que aprovaram essa lei, derrubaram o veto do Prefeito, Senhor Walter Caveanha, por seis a cinco, derrubaram o veto do prefeito, porque defenderam o povo de Mogi Guaçu, o povo guaçuano, hoje, tem uma lei que obriga sua autarquia a colocar o bloqueador de ar em cada hidrômetro dos consumidores. Recentemente, o município de Sorocaba também derrubou e aprovaram, por vinte a zero, um projeto de lei, que também obriga a autarquia a instalar o bloqueador, defendendo os consumidores sorocabanos, assim como vários outros municípios que estão aqui em minhas mãos, como o parecer de Ribeirão do Pinhal, da procuradoria da Câmara de lá, falando que é constitucional sob esse aspecto do código de defesa do consumidor. Quando o judiciário enxerga que apenas o legislativo não pode criar despesas para o executivo, mas o senhor não criou, com excelência, um projeto de lei sobre a carteirinha para os autistas? Até elogiei o projeto e ajudei a entidade, inclusive, mais uma vez o parabenizo por isso, não existe grande ou pequena despesa. Se cria-se uma despesa para uma carteirinha, pode-se criar, também, uma despesa para uma autarquia, ou para uma secretaria, isso também tem parecer e juntei ao da Câmara Municipal de São Paulo, nesse projeto,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

falando sobre isso, uma decisão e repercussão geral do STF, contendo o seguinte, senhores vereadores e senhoras vereadoras, apenas nesta parte: “não usurpa competência privativa, do chefe do poder executivo, lei que, embora crie despesa à administração pública, não trata de sua estrutura, ou da atribuição de seus órgãos, nem do regime jurídico de servidores públicos”, isso aqui é uma repercussão geral, valendo para o Brasil inteiro, “agravo de instrumento, com agravo nº 8711, do Rio de Janeiro”, demonstrando que se houver argumento jurídico, para defender uma tese, pode-se defende-la seja no STJ – Supremo Tribunal de Justiça, no STF, no TJ – Tribunal de Justiça de São Paulo, do Rio Grande do Sul e como há advogados aqui, como Gérson, sabe do que estou falando, Vereador Magalhães é bacharel em direito, também sabe que se houver argumentos, decisões favoráveis, pode-se levar uma nova tese para um Supremo Tribunal Federal para julgar, ou para o TJ de São Paulo julgar, vai da visão que nosso procurador terá, caso aprovemos essa lei, na verdade não votamos a lei, mas caso nós, vereadores e vereadoras, derrubemos esse parecer e prossigamos nas Comissões, podemos discutir aqui, juntos, como lutaremos para que o SAAE seja obrigado, sim, a instalar esse bloqueador, para acabar com isso, pois não sou eu quem pede para que essa lei seja aprovada, são duas mil assinaturas, farei o que com o povo de Mogi Mirim? Vou rasgar e fingir que não chegou até mim? Se sei que está medindo ar, falarei que não está medindo? Então que tirem nossa dúvida, somos consumidores. No Artigo VI da Lei do Consumidor, não sei se os senhores sabem, em que o ônus da prova é deles, eles têm que provar, o SAAE e a prefeitura têm que provar que o povo não paga ar, não somos nós, consumidores, que temos que fazer isso, o ônus da prova é invertido na justiça a favor do consumidor. Senhoras e senhores vereadores, trago isso para que os senhores enxerguem a situação em geral, como consumidores, se fossem em sua casa e você tivesse pagando R\$ 60,00 por mês e quando trocado seu hidrômetro, assim como há famílias que passaram a pagar por R\$ 1.000,00, contrataram pessoas para ver se havia vazamento e não, não havia, o SAAE ainda fala que deve se pagar ou por parcelamento, ou a água



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

será cortada. Coloquem-se no lugar desses senhores e senhoras, que trocaram o hidrômetro e sua conta foi lá em cima, porque, estranhamente, as reclamações pararam, porém, o dia em que o SAAE resolver segurar a água e começar a colocar pressão na rede, de novo, vai acontecer o que já aconteceu em um certo tempo, em um mês foram aproximadamente 15 reclamações e tenho certeza que cada um que está aqui, recebeu reclamações de algum consumidor. Hoje peço aos senhores que deem uma oportunidade para podermos, como Câmara Municipal, discutir uma questão diferenciada e se o procurador levar para cima, junto ao STF, com o direito do consumidor, baseado no Artigo nº 170, inciso V, para provarmos que é possível, sim, tanto para criar despesa para o SAAE, quanto defender o consumidor mogimiriano em nossa cidade. Votem contra, pela derrubada do parecer, com todo respeito ao Vereador Gerson Rossi, que é o presidente, com os demais membros, mas contra para prosseguirmos com essa discussão e amadurecer, com todo respeito a ARES-PCJ e SAAE, vocês não querem mesmo os bloqueadores de ar nos hidrômetros, porque vocês recebem muito pelo ar que o povo paga nessas redes. Muito obrigado, senhor presidente, boa noite a todos e conto com os senhores”. Com a palavra, Vereador Luís Roberto Tavares: “Boa noite, senhor presidente, senhores vereadores, vereadoras, público presente, pessoal que está em casa, assistindo pela internet e boa noite ao Vereador Tiago Costa. Esse Projeto de Lei nº 90, tratando a respeito da obrigatoriedade da instalação de equipamento e eliminador de ar na tubulação do sistema de abastecimento de água, primeiro: existe ar na rede de água, isso é fato e é obrigação do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos, eliminar, porque pagamos pela água e não por ar, ele está aí, gratuitamente, não precisamos compra-lo, por enquanto. Deve ser água e se existe ar o SAAE precisa criar um dispositivo para eliminá-lo quando chega às casas dos moradores de Mogi Mirim e pensando nisto, não me lembro, posso estar errado, em 2011, ou 2012, o Vereador Magalhães fez esse projeto, mandou à Câmara Municipal, votamos a favor e infelizmente não foi sancionado. Em 2014, 2015, fiz um projeto de lei, não exatamente da mesma forma, mas fiz um projeto de lei, porque



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

existe um bloqueador de ar que funciona após o hidrômetro, por isso regulamentamos, em Mogi Mirim, e hoje é o projeto de lei existente, em casa de materiais para construção compra-se um bloqueador de ar, esse em questão é pequeno, porque funciona nos $\frac{3}{4}$ ou em um cano de meia polegada, ou em um cano mais fino ainda, se não estiver errado, ele funciona a aproximadamente 15 centímetros depois. Voltemos a esse projeto, fiz o projeto de lei pensando nos moradores, até que Tiago apresenta esse projeto e novamente o mesmo de Magalhães, no qual já declaro meu voto favorável, pois apoio, sendo uma maneira de pressionar e levantar o assunto, mesmo perdendo juridicamente, nós, do Poder Legislativo, vereadores, não deixamos de brigar, porque não podemos continuar pagando por algo que não usaremos. Não sei a porcentagem de ar que vem em minha rede de água, quando chega em minha torneira e acredito que hoje, e todos sabem, que muitas caixas de água funcionam por gravidade, não tem o motor que faz com que a água chegue, a caixa de água é colocada no lugar mais alto bairro, ou o mais próximo, pela gravidade é que chega nas casas e não sei como esse ar é colocado lá dentro, qual é a pressão que ele chega na casa de uma família carente e na casa de um morador com uma situação melhor, por bairro, ninguém sabe sobre isso, veja no Jardim Planalto no Residencial Floresta, a maioria das famílias estão com problemas financeiros, por conta da água, inclusive uma moradora do CDHU ficou seis meses sem água, porque pagou caro e não tem outra alternativa a não ser cortar a água, ainda assim ela paga o mínimo, é um absurdo. Sou a favor do projeto e pode ser que, juridicamente, a administração pública conteste, mas vamos lutar e brigar, quem sabe isso dê certo. Votarei contrário ao parecer e sou favorável ao projeto, um grande abraço e torçamos para que dê certo”. Com a palavra, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: “Senhor presidente, com relação ao parecer, realmente, essa situação da Câmara fazer projetos tratando de onerar os cofres públicos, é uma situação delicada, mas, justificando o parecer do nobre Vereador Gerson, para mim é uma situação um tanto quanto delicada, porque sou o autor do projeto, que entrou nesta Casa e, naquela ocasião, os vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

votaram a favor, infelizmente a Justiça negou, dizendo ser inconstitucional. O que tenho a dizer é que alguma coisa deve ser feita e votarei contra o parecer, porque acho, realmente, que há alguma coisa que não está legal. Por outro lado, não posso deixar de dizer que tenho uma grande preocupação, em função do ônus que trará à população, pois um aparelho desse, custa em média R\$ 33,00 e o tanto de ligação quem tem em Mogi Mirim, daria aproximadamente mais de R\$ 1 milhão, a coisa seria feita de uma maneira que não fosse repassado à população. Também ouvi dizer que hoje existe esse eliminador de ar que o proprietário pode colocar em sua residência depois do cavalete, é uma válvula que retém o ar e não o deixa passar pelo cavalete. Essa é minha justificativa, muito obrigado, senhor presidente”. Com a palavra, Vereador Cinoê Duzo: “Mais uma vez, boa noite a todos, realmente, o assunto requer muito estudo e muita cautela. Respeito ao presidente da Comissão, Vereador Gerson, respeito o auto do projeto, Vereador Tiago, Vereador Magalhães que já apresentou o projeto e Vereador Luís Roberto. Sou sempre a favor que se esgote todas as fontes de estudos, ou seja, se temos a oportunidade de estudar, debater, pensar e repensar sobre qual seja o assunto, por que não esgotar todas as formas de debate?! Isso é democracia. Vereador Luís Roberto acabou de confessar que ele não tem a certeza de como o ar está presente na rede, palavras dele, vamos deixar bem claro uma coisa: não estamos votando o projeto, o projeto sobre o bloqueador de ar não é votado nesta noite, o que votamos aqui e agora é o parecer desfavorável, é um esclarecimento a todos que nos acompanham e se esse parecer for derrubado, o projeto continua nas Comissões e assim por diante. Neste momento, penso que seria interessante, importante e fundamental a presença do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos, na Câmara Municipal, porque digo a vocês, só para lembrar, a ARES-PCJ emitiu o parecer, mas diante a seriedade e a importância que requer o assunto, sobre o aumento da tarifa de água, estiveram presentes nesta Casa de Leis o Presidente Rodrigo e o Diretor Evandro, pedagogicamente nos orientaram e nos informaram sobre como seria esse aumento, dirimindo-nos todas as dúvidas, por isso, nada de pegar as pessoas com



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

calças curtas, chega a matéria no jornal e: “vereadores x e y votam dessa maneira, causando o caos”. Sou da seguinte opinião, o mais claro e o mais transparente possível, logicamente, esse assunto do ar na rede de água, é muito polêmico, por isso respeito toda forma de pensamento e ideias, favoráveis ou contrárias. Nesta noite já abro meu voto, serei contrário ao parecer, para que nos dê uma chance de continuarmos estudando esse projeto posteriormente, já faço uma sugestão para o autor, ou para todos os envolvidos nas Comissões, logicamente, para que possamos ouvir os técnicos do SAAE nesta Tribuna, para que nos esclareçam sobre todas as dúvidas em respeito aos pareceres de outras Comissões, de outras cidades com pareceres favoráveis, ou não. Temos, sim, pessoas, capacitadas, competentes, no SAAE, não podemos deixar nenhuma dúvida da integridade e da competência dessas pessoas, por isso tenho a certeza de que o funcionalismo público, que carrega o piano sério e que faz esta cidade andar, deve ser respeitado e ouvido nesta Tribuna, porque é aqui que se deve discutir todas as ideias. Fica a sugestão de chamarmos, caso o parecer seja derrubado e se o parecer for acatado, arquiva-se e acaba o assunto. Fica aqui essa minha intervenção, a favor de esgotar todas as fontes de estudo, isso é democracia. Respeito a todos que estão na frente da Comissão e na frente da autoria do projeto. Mais uma vez, boa noite e obrigado”. Finda a discussão da matéria, o Sr. Presidente deu início à votação, pelo processo Nominal e, para isso, solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a chamada dos Srs. Vereadores, “ex-vi” do disposto no Artigo 183, § 2º, do Regimento Interno, os quais, um a um, dirigiram-se à tribuna e verbalizaram favoravelmente (SIM) ao parecer desfavorável, ou contrariamente (NÃO) ao parecer. Após o último Vereador, o Sr. 1º Secretário proclamou o seguinte resultado: o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior votou SIM; os Vereadores Alexandre Cintra, Cinoê Duzo, Cristiano Gaioto, Fábio de Jesus Mota, Jorge Setoguchi, Luís Roberto Tavares, Marcos Antonio Franco, Maria Helena Scudeler de Barros, Moacir Genuário, Orivaldo Aparecido Magalhães, Samuel Nogueira Cavalcante, Sônia Regina Rodrigues, Tiago César Costa votaram NÃO; (submetido a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

votos, pelo Votação Nominal, em Sessão de hoje, a Câmara reprovou, por um (01) voto favorável a treze (13) votos contrários, Turno Único, o Parecer Desfavorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 90, de 2019, do Vereador Tiago César Costa); (à sanção do Sr. Prefeito Municipal). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como o próximo orador, Vereador Cristiano Gaioto, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Fábio de Jesus Mota: “Boa noite, senhor presidente, Mesa, nobres vereadores e vereadoras. Volto a esta Tribuna para informar aos munícipes de nossa cidade e aos vereadores presentes, há algum que fiz um requerimento, solicitando ao senhor prefeito, juntamente com a minuta de um projeto, para a regularização de alguns imóveis clandestinos na cidade, que hoje traz tantos problemas e transtornos à população e às pessoas que querem entrar com inventário, que não conseguem porque as casas não se adequam às leis de hoje. É uma anistia, por um ano, prorrogado por mais seis meses, para que essas pessoas tenham o prazo para regularizarem seus imóveis, a fim de inventário ou venda e hoje cobre sobre esse requerimento, obtive informação de que o projeto se encontra no departamento jurídico, na Secretaria Jurídica, analisando para dar o parecer e encaminhar para esta Casa. Espero que o prefeito e seus secretários encaminhem o mais rápido possível, para que o projeto venha a esta Casa, para ser votado por nós, vereadores, pois centenas de pessoas serão beneficiadas. Esse projeto é muito importante e gostaria até que a imprensa desse uma atenção especial, coisa que não aconteceu quando esse requerimento foi aprovado por esta Casa. Também venho a esta Tribuna para dizer que fiz um requerimento solicitando a Secretaria de Serviços para a reforma da parte administrativa nos sanitários do cemitério e tinha certeza de que a resposta seria esta: que estão analisando, estudando um projeto para a reforma. Não precisa de um projeto para reformar o cemitério, pois não precisa de um projeto para fazer um puxadinho na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

secretaria, para fazer uma sala melhor para o secretário, um banheirinho melhor, enquanto a população vai naquele lixo, a qual está aquela parte administrativa do cemitério, me perdoem, mas está um lixo, o banheiro fede. É só reformar o telhado, fazer uma revisão na parte elétrica, hidráulica, colocar um piso novo, porque, piso novo para colocar na sala de secretário, tem, para colocar no cemitério, onde vão centenas de milhares de pessoas, não tem?! Vem falar para mim, em uma resposta, que vai fazer um projeto, é um absurdo e uma mentira, não vai fazer nada. Solicitarei o projeto de reforma e quero ver se a Secretaria de Serviços e o Secretário Zé Paulo já solicitaram, mentira! Isso aqui é para enganar, mas a mim não enganarão, tenho 32 anos de prefeitura, conheço como é e como funciona. Fui secretário, diretor e nunca tive sala, agora, estão lá, fazendo salinha, piso novo no chão, enquanto lá a vergonha, o mau cheiro no banheiro, os funcionários não têm nem refeitório adequado para almoçarem, enquanto salinhas são construídas e respondem isso para mim. Me perdoe, senhor secretário, o senhor está totalmente por fora, falar que não tem mão de obra? Tem sim! Porque fazer construção nova para a sala do senhor, o senhor pregou reeducandos que são para fazer limpeza na cidade, colocados na secretaria para construírem uma sala nova para o senhor, isso o senhor faz e tem mão de obra, agora, para reformar o cemitério, diz que fará um estudo para um projeto, me perdoe. Muito obrigado, senhor presidente”. Com a palavra, Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior: “Senhores vereadores, queria destacar, não falei no momento do Projeto de Lei nº 133, sobre a importância do projeto, do termo de colaboração com as entidades da área da saúde. Nesta semana contamos com a presença de Rosa, Presidente do Conselho Municipal do Idoso, foi uma grande luta, iniciada por ela, pedindo reequilíbrio econômico dos convênios, defasados anos após anos, devido somente ao reajuste de PCA, conquistando, então, por meio da Lei nº 133, um valor per capita para ajudar, logicamente também cobramos a Câmara, que realizou um trabalho importante, com Alexandre Cintra, como Presidente da Comissão de Assistência, com Gebe e os integrantes, também fiz requerimentos, fizemos moções e todos os vereadores



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

assinaram, pedindo para que, no orçamento do ano que vem, pudessem olhar com carinho às entidades. Vimos as respostas, tanto no orçamento da Assistência Social, que aumentou deste ano para o próximo, assim como esse projeto de lei, da área da saúde, para ajudar as entidades a pagarem seu custeio, que aumenta a cada ano, enquanto o repasse e outras fontes já não seguem o mesmo ritmo. Meus parabéns ao Executivo, por olhar com carinho as entidades assistenciais de nossa cidade, inclusive, acabamos de receber o projeto da Associação Jesuíno Marcos Maguilla, que nunca recebeu um repasse, ou uma doação de área, lutando por si, para construir aquela entidade e agora são beneficiados com repasse para ampliação de sua entidade, atendendo 50 crianças e tem condições de atender muito mais, em uma área totalmente vulnerável. Parabéns ao Executivo, que atendeu ao pedido da associação e realizará esse repasse, para que ela possa construir, além daquelas verbas direcionadas pelos vereadores, tenho certeza de que ela fará, em breve, essa construção e poderá atender ao povo do Parque das Laranjeiras e da região. Para terminar, gostaria de falar um pouco sobre o momento conturbado em que vivemos, na política brasileira, vi agora na internet que a CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Câmara dos Deputados, está votando o projeto que estabelece e possibilita a prisão em segunda instância, até concordo que ninguém pode aplicar a presunção da inocência, que deve transitar em julgado, porém temos uma justiça lenta, esse é o problema do Brasil, se a Justiça funcionasse de uma forma rápida, não teríamos essa discussão, mas temos que mudar a lei. O Deputado Federal Alex Manente, do Cidadania, de meu partido, é o autor da lei que está se discutindo hoje na Câmara dos Deputados e nosso partido defende a prisão em segunda instância, sim, já que a jurisprudência acompanhou e mudou, devido a Constituição Federal, que se mude a Constituição Federal. A PEC discutida hoje, vem ao anseio da população que reclama e isso só ocorreu porque nossa Justiça e nossa Legislação traz muitos recursos e muitas formas de protelar as decisões judiciais, se o país tivesse menos instrumentos e ferramentas jurídicas para isso, com certeza aguardaríamos o trânsito em julgado e poderíamos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

assim, apenas manter a prisão depois do trânsito em julgado. Porém, a realidade é outra e muda-se a lei, obrigado, boa noite e boa semana a todos”. Como o próximo orador, Vereador Jorge Setoguchi, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Luís Roberto Tavares: “Boa noite, senhores vereadores e vereadoras, público presente, pessoal da internet, boa noite a todos. Esta é minha última fala, da Ordem do Dia, primeiro de tudo gostaria de parabenizar a Vereadora Maria Helena e a Amália, conheço você desde 2004, quando disputamos uma eleição, você como prefeita e eu como vereador, quis o destino que eu ganhasse aquela eleição e desde lá conheço você, sempre te defendi, porque alguns falam coisas de você sem ter o conhecimento sobre você, por você morar no centro e aquelas coisas. Conheço sua família e seus dois filhos, como João Manoel, que se tornou meu amigo ao longo dos anos, foi presidente do PSDB, quando eu era vereador filiado ao partido; conheço também Amália, cantamos músicas sertanejas juntos, meus parabéns, fico admirado, porque, às vezes, um senador da República, não faz uma lei em oito anos e ela, com todo jeitinho, conseguiu mobilizar e por meio dela uma lei foi feita, com seu nome, uma lei federal, dando direito de atendimento ao pessoal monocular. Meus parabéns, Maria Helena, você deve estar muito orgulhosa dela, eu, como amigo, já fico orgulhoso, imagina você, como mãe. Em segundo lugar, entrei na Câmara Municipal em 2005 e o vereador ganhava R\$ 461,00, meu assessor ganhava R\$ 2.000,00. A fábrica em que eu trabalhava faliu e em quatro anos como vereador, fiz compra no supermercado apenas uma vez, muitas pessoas me criticavam, falando que vereador ganhava bem e fazia parte de algumas maracutaias. Um dia, então, de tanto o cara me perturbar, já que havia caminhado do centro até minha casa, ele morava no Jardim do Lago e eu no Mogi Mirim II, ele passou perto da minha casa, aproveitei e pedi para que ele entrasse, porque ele falava em mensalinho, em jeitinho, caixa 2, qualquer coisa, fiz então ele entrar na minha casa, mostrei minha geladeira e pedi para que ele a abrisse, para ver se tinha algo além de água, cebola, arroz e feijão. O que quero dizer é que somos criticados, sim, quando alguém fala de práticas comum



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

na Câmara, ou algo do tipo, tirem o meu nome do meio, assim como disse Vereador Tiago Costa, também estou à disposição para qualquer investigação, tenho apenas uma conta em meu nome e hoje farei a propaganda, porque é um excelente banco, o qual adoro, a Sicredi, só tenho conta lá, as outras que tenho são contas partidárias, os quais somos obrigados a abrir e fazer. Como a Mesa da Câmara foi citada, que deveria tomar providência, por mim seria tomada amanhã, mas, esperamos os outros dois vereadores e se nenhum documento chegar à Câmara, sentaremos e verificaremos o que faremos, no mais, não posso falar muita coisa, porque não tenho nada nas mãos e ninguém provou nada para mim. Desconheço essa prática, na Câmara Municipal, é interessante que a Mesa ouça todos os assessores, isso é indispensável, não que desconfie de vocês todos, mas, é bom ouvirmos. Para terminar, Vereador Gerson falou sobre a rede Congás, está mesmo uma vergonha, acompanho na rua e até falei em minha rede social que tomaria alguma providência, Moacir fez requerimento, mas mesmo assim farei algo desse tipo, convocarei o responsável da empresa e o responsável da prefeitura pela fiscalização, é um absurdo, depois de recapeado, no Linda Chaib, desceu um buraco, porque eles não cortam mais a rua de fora a fora, fazem um buraco quadrado, faz outro a 50 metros e colocam um aparelho descendo o buraco, não sei se é uma profundidade de 20 metros, perfurando até o outro buraco, que acabou descendo aproximadamente 13 centímetros. Para quem anda de moto, assim como eu, até mesmo um carro, é um pulo para acontecer um acidente, por isso essa fiscalização é muito importante. Tinha mais coisas para falar sobre o Parque das Laranjeiras e a galeria de água, bairro Boa Vista e Alto do Mirante, mas falo na próxima segunda-feira e em minhas redes sociais, um abraço a todos. Simone, estarei com você na mobilização, conte comigo”. Com a palavra, Vereador Marcos Antônio Franco: “Boa noite, primeiramente ao nosso Deus, nosso Senhor Jesus Cristo, ao presidente desta Casa, vereadores, vereadoras, ao público aqui presente e aos assessores. Quero agradecer, em primeira mão, ao Prefeito Carlos Nelson Bueno, fui conversar com ele nesta semana, para falar sobre o CRAS-Norte, onde o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

carro estava enrolado, ele garantiu-me que já comprou um carro novo e será levado à secretaria, ele mandou encostar o carro, pois nem ele sabia sobre a situação dele. Por isso, nobres secretários e gerente, vocês que pegam um carguinho e sobre à cabeça, por gentileza, respeitem-me quando chegar a esses departamentos, porque sou vereador até o ano de 2020. Obrigado a Carlos Nelson Bueno, que sempre atendeu aos meus pedidos e quero agradecer, em especial, a Maria Helena Scudeler, obrigado pelo apoio e pelo carinho, até convidei você para conversar com a secretária, mas não precisou, porque o prefeito foi até lá e resolveu o problema. Quero também agradecer a Tiago Costa, sempre que peço algo para ele, está sempre pronto para me servir, até, inclusive, quando vou ao Parque das Laranjeiras, falo tanto desse Tiago, que as pessoas pedem para que eu mostre quem ele é, que coloco no vídeo, não é verdade, Tiago? Falo que trabalho de vereador não é individual e deve ser todos juntos, como uma equipe. Quero agradecer a Moacir, pois sempre faço pedidos a ele para me acompanhar, tenho meu pai de coração, que é Toninho Gaúcho, não sei se você sabe, mas aqui você é como meu segundo pai, muito obrigado pelos conselhos, agradeço-lhe de coração. Quero agradecer também, em especial, a ex-Secretária de Saúde, Rosa, que mulher excelente, quando assumiu a Secretaria de Saúde, ela me chamou para conversar, uma mulher que respeita prefeito e principalmente, respeita o cargo de vereador, porque não fomos eleitos por nenhum secretário, gerente, fomos eleitos pelo povo, todos que estão sentados aqui. Rosa, muito obrigado pelo respeito que teve comigo, você é um exemplo de secretária, me tratou como vereador, assim como sempre que saio com Maria Helena, sempre me tratando como vereador, sinto orgulho disso, obrigado, Maria Helena, de coração. Quando me candidatei a vereador, falava para minha mãe, que ganharia como vereador, mas de presente queria Maria Helena Scudeler ao meu lado, não conhecia Tiago Costa, apenas sua família, obrigado pelo carinho e Moacir, o qual tenho um carinho muito especial, desde meus 13 anos de idade, pois você me dava serviço em sua casa, muito obrigado, Moacir. Venho falar também sobre o nobre colega Fábio Mota, que em 2006



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

entrei na prefeitura como motorista, você me mandou naquele cemitério, foi um dos lugares que mais gostei de trabalhar, tenho que agradecer a você, Fábio Mota, sei o que você diz sobre aquele lugar. Quando fui eleito a vereador, em janeiro, fui pintar a fachada do cemitério, gastei uma semana e como tinha algo enrolado, tive que parar, mas adoro aquele lugar e não sei o motivo, porque foi o primeiro lugar que entrei para trabalhar. Quando ele estava sujo e as pessoas vinham falar para mim que não era possível andar dentro daquele lugar, uma mulher do Linda Chaibb veio dizer para mim que não conseguiu chegar no túmulo de seu marido, falei para Nelsinho que naquele dia eles limpariam, senão fariam no dia seguinte, chamei ele, fui no cemitério, pedi uma inchada e ele perguntou se eu ia limpar o cemitério, respondi que não, pois esse não era o papel de um vereador, tive que passar a mão nos arroio do diabo, que saiu até no jornal, fui até o gabinete do prefeito, pedi perdão, mas fui obrigado a fazer isso, por motivos de um secretário incompetente, se ele tivesse competência, não precisava ter ido ao gabinete do prefeito, porque agora tudo o que preciso, vou diretamente a Carlos Nelson Bueno, pelo menos ele me atende desde quando fui eleito a vereador. Obrigado, prefeito, pelo carinho e pelo respeito que você tem por minha pessoa, obrigado a todos”. Com a palavra, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “Senhor presidente, senhora vereadora, senhores vereadores. Agradeço a manifestação de cada um pela luta da minha filha, é ainda uma longa estrada, foi agora à Câmara Federal e ainda, se passar, dependerá do Presidente da República para sancionar a lei, é ainda uma longa caminhada. Quero reiterar o que Vereador Fábio Mota colocou aqui, a parte administrativa do Cemitério Municipal está um horror e um mês atrás o vereador manifestou-se nesta Casa e olhei detalhadamente, há coisas também de um mês, de como está a parte administrativa do cemitério, é vergonhoso! Não sei se temos aqui assessores ou secretários do senhor prefeito, me admira muito toda essa sofisticação na parte do Secretário José Paulo, não sabia, vou visitar a secretaria dele, não sabia que ele recolhe os reeducandos para arrumar a secretaria dele, é um absurdo o que está acontecendo, porque aqueles sanitários do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cemitério, quando se abre a porta já dá direto, até acho que a parte dos corredores do cemitério estão um pouco melhores, mas a parte administrativa está horrorosa, a parte do telhado, do madeiramento, tudo! Reitero o que o senhor vereador falou aqui, acho deprimente não existir uma reforma naquele escritório, mesmo a parte de uso comum dos servidores, tudo, tudo está vergonhoso, acho fundamental uma reforma urgente lá. Muito obrigada, senhor presidente”. Com a palavra, Vereador Moacir Genuário: “Mais uma vez, boa noite a todos. Fábio, você precisa ver algumas respostas que recebi de alguns secretários, fiz um requerimento pedindo para que a prefeitura fizesse, na subida do Planalto, uma rua de mão dupla, recebi uma resposta de uma pessoa que nem conhece Mogi Mirim, tenho certeza disto. Com relação ao velório, pedi por meio de requerimento, pois a sala nº 03 está com uma janela caindo e cairá na cabeça de alguma pessoa. Queria falar que estive em uma reunião e Gerson esteve comigo, em uma reunião a respeito do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, que estava praticamente saindo de Mogi Mirim e indo para Mogi Guaçu, correram e reformaram o prédio nas condições pedidas pelo INSS, mas nesse meio tempo as perícias saíram de Mogi Mirim e foram para Mogi Guaçu. Com a nova sede do INSS, ocorreram promessas de voltar com as perícias para Mogi Mirim e até o presente momento não voltaram. Na inauguração ainda comentei com o chefe de gabinete, a esse respeito, pois me falaram que a perícia não voltaria para a cidade, independentemente do novo prédio. Hoje, mais uma vez, me procurarem, dizendo que a perícia não voltou para a cidade, que o gabinete tome providências nesse quesito, com o pessoal de São João da Boa Vista, para que se cumpra, também, as promessas. Hoje falei bastante a respeito da Mesa e acho que ela também deva tomar providência com relação a nossa querida faxineira, pois há três faxineiras na Câmara, duas estão de licença, sobrando apenas para uma fazer todo serviço, quando tinha as duas, elas não davam conta, foi então que pedi para contratar mais uma, o que ocorreu, porém hoje contamos com três faxineiras, mas duas estão afastadas e o serviço todo da Câmara quem faz é a Silvana. Peço para que a Mesa tome



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

providência, não sei, para contratar uma de emergência, para que também não sobrecarregue a funcionária da Câmara. Magalhães, queria dizer que, quando falamos da rachadinha, não acusei ninguém, apenas falei para que a Mesa tomasse providências nesse sentido, Vereador Tiago, Maria Helena e eu falamos a respeito e nenhum dos três acusou ninguém, porque também não temos provas, temos apenas comentários sobre essa questão e deve-se levantar, como o próprio Robertinho disse, para conversarmos com todos os assessores, levantaremos essas informações, porque não se pode jogar um balão no alto e todos aceitarem uma situação como essa, porque quem não deve, não tem motivos para se preocupar. Queria agradecer a todos e espero que possamos ter uma semana abençoada por Deus”. Presidente Vereador Geraldo Vicente Bertanha: “Queria comunicar aos senhores vereadores que a Mesa está atenta, sim, ao que está acontecendo na Casa e eu, pessoalmente, como vice-presidente, fui até o chefe de gabinete e pedi para que a prefeitura nos ajudasse de maneira emergencial, com relação a funcionária, foi disponibilizado para que nossa funcionária não ficasse sozinha e sobre este assunto, também quero comunicar aos senhores que no próximo dia 21 ocorrerá o processo licitatório para a contratação de uma empresa terceirizada, para realizar o trabalho na Câmara, portanto, a Mesa está atenta, sim”. Com a palavra, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: “Senhor presidente, para ser bem rápido, na semana passada, gostei muito da fundamentação do Ministro Luís Roberto Barroso, quando manifestou sobre um processo que está na Justiça há 23 anos, para uma pessoa que cometeu assassinato e volta-se, novamente, ao embargo dos embargos, declarações, recursos e mais recursos, enrolação e mais enrolação, imaginem uma pessoa demorar 23 anos, provavelmente a pessoa deve até estar de bengalinha, daqui a pouco nem cumprirá mais pena, por passar dos 70 anos de idade. São essas coisas que vemos em nosso código penal e Vereadora Sônia, quando coloco aqui uma situação, coloquei duas situações que conhecemos, embora as pessoas digam que sou político, não me sinto, porque na área privada as coisas se resolvem rapidamente e de uma tal maneira que, sem resultado,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

as pessoas demitirão de um jeito ou de outro, pois o problema será resolvido e urgentemente. Sobre a questão das mulheres, sendo mais de 51% de eleitorado, neste país, não acredito que elas não façam uma pressão em cima do Congresso Nacional, com um dia de luto, no Brasil, sabemos o que o político gosta, pois gosta de votos, para não falar coisa pior, já que, infelizmente, a classe não ajuda, mas se as mulheres fizerem uma pressão forte nas próximas eleições, tenho certeza absoluta que haverá a revisão desse código penal, porque isso tem que começar. Vivo inconformado com essa situação, pensei e penso o tempo todo, o que leva o ser humano a agir dessa forma, tão brutal? Tenho um que com criança, sou pai de cinco filhos, imagino o camarada, além de ter assassinado a pessoa que era sua esposa, ele ainda tirou o braço da filha, ainda foi para matar os outros dois que estavam no local, quando viu toda movimentação fugiu, avisou ainda sobre o que estava acontecendo. Vemos que não foi apenas uma pessoa, foram duas pessoas e no mesmo tempo que o caso acontecia em Mogi Mirim, na semana seguinte aconteceu a mesma coisa no ABC, em São Paulo, em que o marido também matou a esposa, a pergunta é: até quando? Há movimentos em nosso país para tudo, acho que agora deve existir um grupo no WhatsApp, no Facebook, nas redes sociais, conclamando todas as mulheres, do país inteiro, pois isso não pode ficar apenas nessa conversa, nesse papo que vemos do Governo, do judiciário, acho que os responsáveis pela morte dessa mulher, são as pessoas que não tomam providências em mudar a lei, esses são os responsáveis. Muito obrigado, senhor presidente”. Como o próximo orador, Vereadora Sonia Regina Rodrigues, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Tiago César Costa: “Senhor presidente, primeiramente quero agradecer aos nobres vereadores, os 13 votos que deram a oportunidade de discutirmos o projeto, que é tão importante para nossa população, com 13 votos contra o parecer e um voto favorável, do próprio presidente, Vereador Gerson Rossi, com todo respeito, é claro. Agradeço aos vereadores desta Casa de Leis, que deram oportunidade para discutirmos sobre o projeto, de colocar bloqueadores de ar nas redes dos hidrômetros de nossas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

casas, para evitar pagarmos ar, ao invés de água. Em segundo momento, com relação a esse crime brutal, ocorrido em Mogi Mirim, esse feminicídio vindo também com uma tentativa de homicídio, com relação a filha, a enteada, que acabou, infelizmente, perdendo um membro de seu corpo, isso é inaceitável, por conta da força e da violência que um homem pode exercer sobre uma mulher, é inaceitável em qualquer tempo e momento. Para ciência dos senhores, o Senado aprovou agora, recentemente, uma PEC tornando o feminicídio e o estupro em crimes imprescritíveis, pode ser julgado a qualquer momento, isso veio por meio da PEC nº 75/2019, ou seja, há uma semana isso foi aprovado. Infelizmente a lei, ainda que seja alterada, o rigor das forças policiais deve ser maior e como a polícia do estado de São Paulo sucateou a polícia civil, há aproximadamente dez servidores da guarda municipal trabalhando aqui, para tocar os inquéritos policiais, senão as investigações não andam e com todo respeito, com esse número de investigadores, é desumano a desvalorização do profissional, como também a falta de mão de obra e o sucateamento de seus instrumentos de trabalho. Fica aqui meu repúdio ao Estado de São Paulo, porque, no que adianta mudar a lei senão aplicada na prática?! A mulher procurou a polícia por várias vezes, não sei como, mas foi falado na reportagem da EPTV, pois ela esteve na delegacia, como agirão se não há uma aplicabilidade? Se não tirar da rua o cara que ameaça o outro de morte, ele mata o cara, ele mata a mulher e não adianta a medida protetiva da Justiça, se o cara está falando que vai matar, deve-se tirá-lo da rua, tirando-o de circulação e não adianta tornar um crime imprescritível, depois que mataram 1.000 mulheres. Deve-se tirar o vagabundo, o bandido, o selvagem da rua e colocar na cadeia, se essa atitude não tomar, ele acabará matando, sabendo-se que isso pode acontecer, tire-o da rua e de circulação. Além de mudar a lei, temos que fazer com que sejam aplicados nas forças policiais e que estas possam ter suporte, com profissionais, inteligência, coisa que no estado de São Paulo acabou, e faz tempo. A polícia civil, que investiga, não é valorizada, é sucateada, mesmo com um excelente e brilhante trabalho, assim como fizeram com esse caso, mas esperamos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

quantas mulheres morrerem? E o aumento deles? É uma mixaria que não dá para nada e sem profissionais para fazer o trabalho de campo, de rua, de investigação, tire esses vagabundos, selvagens, de circulação, porque hoje foi a mulher dele, a filha, a enteada e amanhã outra mulher, assim, um homem violento como esse, continuará matando e ameaçando pela rua, por isso fica aqui minha indignação. Para terminar, senhor presidente, fiz também um pedido para o asfaltamento no bairro Domenico Bianchi, necessitando da atenção de nosso prefeito municipal, há uma decisão judicial, o loteador não a cumpriu e veio, por meio da Secretaria, uma resposta para mim, que a Secretaria tem um projeto de mais de 500.000 reais parados, esperando o prefeito dizer que o projeto está feito, para asfaltar o bairro Domenico Bianchi. Estão sugerindo para que faça, urgentemente, esse trabalho, se existe um projeto, senhor prefeito, destine o valor para aquele povo, pois merece também uma atenção do poder público e de nós, vereadores. Se já elaboraram um projeto e está no planejamento, por favor, senhor prefeito, destine esse valor para asfaltar o bairro Domenico Bianchi. Muito obrigado, senhor presidente, boa noite”. Com a palavra, Vereador Alexandre Cintra: “Mais uma vez, boa noite a todos. Maria Helena, essa situação toda, colocando o nosso trabalho sob alvo e a própria Câmara no centro das atenções, me incomoda muito, profundamente. Acho que deixei bem claro para os senhores, desde o começo, quando entrei aqui, que decência é uma coisa que está na minha corrente sanguínea. Minha assessora fica à disposição para qualquer tipo de investigação, assim como minhas contas também, como disse o Senhor Vereador Tiago, minha vida está à disposição de qualquer um que seja, para qualquer investigação desta Casa, da Comissão de Ética, qualquer situação de investigação que possa ocorrer, estarei 100% a disposição. Preciso apenas fazer um convite a todos, sei que os senhores receberam o convite, Gil é funcionário da Educação, um brilhante servidor público, faz lindo um trabalho e não é de hoje, é bem conhecido e bem popular entre os servidores. Gil fez um convite para nós e quero transmiti-lo aos senhores: “Amanhã, acontecerá, na Estação de Educação, o 2º Encontro do Conselho de Alimentação Escolar,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com a população de Mogi Mirim”, prestem atenção neste tema: “2º encontro de conselho de alimentação escolar com a população de Mogi Mirim”, estamos sempre atentos com relação à merenda escolar e é o momento de participarmos, não será apenas mais um evento da Educação, é um evento sério”. Neste momento, houve inconsistência nos serviços de internet e a transmissão, que acontecia ao vivo, pelo site da Câmara e youtube, foi interrompida, não sendo possível captar os momentos finais da presente sessão ordinária. Nenhum outro dispositivo era utilizado, na ocasião, para a captura do áudio ou vídeo, não sendo, portanto, relatar na presente Ata. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento dos senhores *Pedro José de Sá* e *Genésia Maria de Souza*. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h57 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.